

ANEXO I

QUADRO DE DOCENTES

QUADRO DE DOCENTES

RELAÇÃO NOMINAL	REGIME DE TRABALHO	TITULAÇÃO ATUAL	VINCULAÇÃO POR CURSO
Adalberto Cesário da Hora	P	Mestrado Universidade de São Paulo	Administração Ciências Contábeis
Adriana Galvão Moura Abílio	H	Doutorado Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Direito
Alessandra Karina Otuka	P	Doutorado Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	Engenharia Agrônômica
Angelo Aparecido Sastre	H	Doutorado Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	Administração Ciências Contábeis
André Luiz Pipino	I	Mestrado Universidade de Araraquara	Direito
Alfredo Argus	H	Doutorado Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	Administração Ciências Contábeis
Ana Carolina Capelozza Mano	H	Mestrado Universidade de São Paulo Instituto de Arquitetura e Urbanismo	Arquitetura e Urbanismo
Ana Maria Zanoni da Silva	P	Doutorado Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	Administração Ciências Contábeis Direito Engenharia Agrônômica

Ary Rodrigues Alves Netto	P	Doutorado Universidade Federal de São Carlos	Arquitetura e Urbanismo
Clóvis Antônio Benedini Lima	I	Doutorado Universidade de São Paulo Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	Arquitetura e Urbanismo
Damaris Cunha Godoy	I	Mestrado Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	Administração Ciências Contábeis
Daniela Pereira Tincani	H	Doutorado Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	Administração Ciências Contábeis
Danielle Riegermann Ramos Damião	H	Doutorado Faculdade Autônoma de Direito	Ciências Contábeis Direito
Danilo Ricardo Yamane	H	Doutorado Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	Engenharia Agrônoma
Diego Diniz Ribeiro	P	Mestrado Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Direito
Edmeia Corrêa Netto	H	Doutorado Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	Administração Direito Engenharia Agrônoma

Eduardo Pahor Filho	H	Doutorado Centro de Aqüicultura da UNESP – CAUNESP	Engenharia Agrônômica
Eduardo de Carvalho Machione	P	Mestrado Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP	Administração
Fábio Rocha Caliarí	I	Mestrado Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Direito
Gilmar da Silveira Sousa Junior	P	Doutorado Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	Engenharia Agrônômica
Gustavo Henrique Schneider Nunes	I	Mestrado Centro Universitário Eurípides de Marília, UNIVEM	Direito
João Alberto Fischer Filho	P	Doutorado Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	Engenharia Agrônômica
João Emmanuel Ribeiro Guimaraes	I	Doutorado Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	Engenharia Agrônômica
Josney Freitas Silva	P	Doutorado Universidade Cruzeiro do Sul	Administração Ciências Contábeis Engenharia Agrônômica
Josué Justino do Rio	H	Doutorado Universidade Federal de São Carlos	Direito

Lívia Pelli Palumbo	P	Mestrado Instituição Toledo de Ensino	Direito
Luis Antônio Nogueira	P	Mestrado Universidade de Araraquara	Administração Ciências Contábeis
Luiz Carlos Jaca	H	Especialização Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia – FUNDACE	Administração Engenharia Agrônômica
Marcelo Ramos	P	Mestrado Universidade de Araraquara	Ciências Contábeis
Marcus Lúcius de Carvalho Corrêa	H	Mestrado Centro Universitário Municipal de Franca	Administração
Maria Cristina Pinheiro Machado Sanches	P	Doutorado Universidade Federal de São Carlos	Arquitetura e Urbanismo
Patricia Helena de Ávila Jacyntho	I	Mestrado Universidade de Franca	Administração Direito
Renata Cipolli D'Arbo	I	Doutorado Universidade de São Paulo	Administração Ciências Contábeis Direito Engenharia Agrônômica

Rosiane Sasso Rissi	P	Mestrado Universidade de Ribeirão Preto	Direito
Sofia Muniz Gracioli	H	Doutorado Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto	Administração

QUADRO EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

RELAÇÃO NOMINAL	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
Adalberto Cesário da Hora	Possui graduação em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986), graduação em Professores de Disciplinas Específicas pela Faculdade de Educação Campos Salles (1990) e mestrado em Engenharia (Engenharia de Produção) pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é professor titular da Fundação Educacional de Barretos e professor titular do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro. Tem experiência na área de Administração, e Contabilidade com ênfase em Contabilidade de Custos, Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial, atuando principalmente nos seguintes temas: Contabilidade Básica, Contabilidade Industrial, Gestão de Custos, Custos de Produção, Fluxo de caixa, Pequenas Empresa e Controles financeiros. Contabilidade para Engenharia de produção, Sistema de Informação. Ex Coordenador de Curso de Ciências Contábeis do IMESB. Conselheiro da Encubadora de Empresas de Bebedouro.
Adriana Galvão Moura Abílio	Advogada regularmente inscrita nos quadros da OAB/SP sob o número 192.361. Possui graduação em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP (2001), Especialização em Direito Econômico e Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, (2004), Mestrado em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP (2005) e Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2019). Coordenadora do Curso de Direito do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos - UNIFEB (2008/2013) e professora do curso desde 2004. Professora do Curso de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior Vitorio Cardassi - IMESB/VC, desde 2016. Professora da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba/SP - FUMEP - Membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito em fase de implantação (2020/2021). Professora convidada nos cursos de extensão e pós-graduação da Escola Superior de Advocacia - ESA/SP (2012 - 2018), Faculdade Legale/SP (2018/2021) - Coordenadora e Professora da Pós Graduação em Direitos da Mulher e Advocacia Feminista (2021), Professora da Pós -Graduação em Direitos da Mulher - UniDom Bosco/Meu Curso/SP (2019/2021). Integrante - Diretora do Núcleo de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo FIESP/CIESP (2019/2021). Na Ordem dos Advogados do Brasil Seção de São Paulo - OAB/SP, integrou o Conselho

	<p>Estadual (Conselheira Seccional) por três gestões (2010/2018). Conselheira -Relatora da 4 Câmara do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP (2011/2014) Membro das Comissões - Mulher Advogada, Ensino Jurídico e Direitos Humanos (2011/2018). Presidente da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/SP (2011/2018). Membro da Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB (2011/2018). Vice-Presidente da Comissão da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB (2011/2013)</p>
<p>Alessandra Karina Otuka</p>	<p>Docente do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi. Doutora em Entomologia Agrícola na Unesp/Jaboticabal, atuando nos seguintes temas: controle biológico de insetos pragas, ecologia de insetos, biologia de insetos, criação massal de inimigos naturais. Mestre em Entomologia Agrícola pela Unesp/Jaboticabal, onde trabalhei com <i>Plutella xylostella</i>. E graduação em Agronomia pela Unesp/Jaboticabal, sendo estagiária do laboratório de Biologia e Criação de Insetos, tendo trabalhado com <i>Podisus nigrispinus</i>.</p>
<p>Angelo Aparecido Sastre</p>	<p>Doutor pelo programa de Mídia e Tecnologia da UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho) - campus Bauru (2021), pesquisador do LECOTEC (Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia, Educação e Criatividade), da UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), atuando na linha de pesquisa de comunicação, conhecimento e linguagens. Possui mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - campus Araraquara (2005) e graduação em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - campus Bauru (1996). Atualmente é professor titular (concursado) no Imesb (Bebedouro ? SP) e professor visitante no Instituto Educae de Ribeirão Preto. Atuando como jornalista possui ampla experiência na área de comunicação e marketing por meio da atuação em projetos de redes sociais, pesquisa na área de comunicação e marketing envolvendo novas tecnologias, assessoria de comunicação corporativa e de eventos. Na área acadêmica experiência como professor na área de Comunicação em disciplinas com ênfase em Organização Editorial de Jornais, atuando, principalmente, em temas como produção editorial, jornalismo impresso, jornalismo especializado, comunicação online, planejamento editorial, meios de comunicação, novas tecnologias, marketing e assessoria de imprensa. Atua também em disciplinas relacionadas à área de sociologia como Realidade Política e Econômica (brasileira e regional), sociologia e antropologia (nas áreas de comunicação e educação) e métodos de pesquisa científica.</p>
<p>André Luiz Pipino</p>	<p>Mestre em Desenvolvimento Regional e Alternativas de Sustentabilidade pela Universidade de Araraquara- UNIARA (em adamento) Advogado.Membro da Sociedade de Advogados Rossi Pipino Advogados Associados. Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de São Carlos (1991). Especialista em Direito Privado pela Faculdade de Direito de São Carlos. Professor titular e coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi. Professor de Direito Tributário, Direito Financeiro e Direito Empresarial na Faculdade Barretos.</p>

<p>Alfredo Argus</p>	<p>Possui graduação em Bacharel em Ciências Administrativas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta (1975), mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001). Atualmente é professor efetivo do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro - IMESB - VC nos cursos de Serviço Social , Administração, Ciências Contábeis e Comunicação Social. Na pós-graduação lato-sensu elaborou material EAD para a Faculdade Interativa COC - Gestão do Terceiro Setor e UNIFEB - Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão de pessoas, planejamento social, projetos sociais, políticas públicas, pobreza, exclusão social, geração de emprego e renda, terceiro setor, qualidade de vida além da gestão organizacional em geral. Na área de gestão acadêmica no UNIFEB ocupou os cargos de Vice-Diretor e Diretor do Centro de Pós-Graduação, Coordenador do Curso de Serviço Social e Vice-Diretor Geral (até a transformação em Centro Universitário). Participou do processo de unificação das Faculdade Isoladas da FEB para Faculdades Integradas e, posteriormente Centro Universitário. No IMESB-VC elaborou o PPC para os cursos superiores de tecnologia em Gestão de Turismo, Gestão de Marketing e Geostão Escolar. Na pós graduação elaborou o PPC dos cursos de Gestão Estratégica de Pessoas, Gestão Social e Gestão de Cidades, tendo ocupado o cargo de Coordenador da Pós Graduação por dois anos.</p>
<p>Ana Carolina Capellozza Mano</p>	<p>Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (FEC-UNICAMP), participando do grupo de Pesquisa Território, Urbanização e Planejamento (Terruplano). Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro (IMESB), nas áreas de planejamento urbano e regional, projeto de urbanismo e trabalho final de graduação. Mestre em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Participou do Grupo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo do Brasil (ArqBras). Graduada Arquiteta e Urbanista (2012) pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP) onde integrou, como bolsista de iniciação científica, o Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) e participou da "Opera Krios", empresa Jr. de Arquitetura e Urbanismo como conselheira fiscal e também como diretora administrativa.</p>
<p>Ana Maria Zanoni da Silva</p>	<p>Possui graduação em Letras- Licenciatura Plena - Faculdades Integradas de Jales (1999), mestrado em Estudos Literários pela Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara (2003) e doutorado em Estudos Literários pela Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara (2007). Atualmente é professora concursada do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vitorio Cardassi e está desenvolvendo a pesquisa de Pós- Doutorado no Programa de Graduação em Letras da UNIFESP- Campus Guarulhos; é membro do grupo de estudos Língua e literatura: interdisciplinaridade e docência; é membro da Rede Latino-Americana e Caribenha de Educação em Direitos Humanos e também da ABRALIC - Associação Brasileira de Literatura Comparada. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: Edgar Allan Poe; Teoria da narrativa e do romance; ensino e aprendizagem de língua inglesa.</p>

<p>Ary Rodrigues Alves Netto</p>	<p>Graduado em Engenharia Civil (2004) pela Universidade Federal de São Carlos, Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Ambiental (2012) pela Universidade Federal de São Carlos, Mestre em Estruturas e Construção Civil (2015) pela Universidade Federal de São Carlos e Doutor em Engenharia Civil (2019) pela Universidade Federal de São Carlos, orientado pelo Prof Dr Douglas Barreto e coorientado pela pesquisadora Dr^a Maria Akutsu do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, onde desenvolveu projeto de pesquisa como Pesquisador Visitante da Instituição. É membro do Grupo de Estudos GETSP - Laboratório de Tecnologia dos Sistemas Prediais (Responsáveis: Prof. Dr. Simar Vieira de Amorim e Prof. Dr. Douglas Barreto), e fez estágio para capacitação de docente em estruturas e construção civil nas disciplinas Conforto Ambiental (Responsável: Prof^a. Dr^a. Léa Cristina Lucas de Souza) Sistemas Prediais Hidráulicos e Sanitários (Responsáveis: Prof. Dr. Simar Vieira de Amorim e Prof. Dr. Douglas Barreto), ambas do curso de Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de São Carlos. Principal área de atuação: Eficiência energética; Desempenho Lumínico e Térmico das Edificações.</p>
<p>Clóvis Antônio Beneditini Lima</p>	<p>Possui doutorado (2020) e mestrado (2015) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, FAU-USP. Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP (2002), e graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo, FFLCH-USP (2012). Tem experiência nas áreas de Projeto e História da Arquitetura. Docente no IMESB-VC desde 2018.</p>
<p>Damaris Cunha de Godoy</p>	<p>Possui graduação em ECONOMIA pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e mestrado em Economia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001). Atualmente é professora concursada e diretora no Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro "Vitorio Cardassi". Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Economia, Educação Financeira, Finanças, Mercado Financeiro e de Capitais e Controladoria</p>
<p>Daniela Pereira Tincani</p>	<p>Possui graduação em Comunicação Social Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1996), mestrado em Comunicação pela Universidade Paulista (2005) e doutorado (05/2015) em Ciências Sociais pela UNESP - Araraquara. Atualmente é Coordenadora do Curso de Publicidade e Propaganda da UNAERP. Professora concursada e efetiva no IMESB nos cursos de Administração e Publicidade e Propaganda. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Publicidade Propaganda e Marketing, atuando principalmente nos seguintes temas: pesquisa de marketing, comunicação, publicidade e história do rádio.</p>
<p>Danielle Riegermann Ramos Damião</p>	<p>Doutora em Direito pela FADISP. Mestre em Direito pela Universidade de Marília. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Estácio de Sá. Graduada em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Autora de obras jurídicas. Possui publicações internacionais (Alemanha, Itália e Portugal) e livros publicados. Atualmente é integrante do conselho editorial da Revista da ESMARN (Escola da Magistratura do Estado do RN). Professora do IMESB - Instituto Municipal de Ensino Superior "Vitorio Cardassi", do IAPAJUS e do SeuFuturo.com. Acumula vasta experiência na docência superior (graduação e pós-graduação) e cursos preparatórios para o Exame de Ordem e de Advocacia de Alta Performance. Assessora Jurídica da FUNEP - Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Extensão. Advogada Sênior do Escritório Danielle Riegermann Advogados Associados (19 anos</p>

	de formação). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Processo Trabalhista.
Danilo Ricardo Yamane	Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal) na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Câmpus de Jaboticabal) (2018), com período de estágio na Université Laval (Canadá) por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (Bolsa PDSE/CAPEs). Mestre em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Câmpus de Jaboticabal) (2013), tendo sido bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Graduado em Engenharia Agrônômica pela Universidade de São Paulo (USP/ESALQ) (2010). Desenvolveu projeto de iniciação científica durante a graduação, sendo bolsista CNPq (2008-2009), e realizou residência agrônômica na University of Florida (UF/Citrus Research and Education Center) nos Estados Unidos (2010). Realizou o curso "ESOL" (English for speakers of other languages) em nível avançado no "East Area Adult School" (Estados Unidos) e concluiu o curso "English Advanced Levels" no "ELS Language Center", no campus da Stetson University (Estados Unidos). Tem experiência na área de Agronomia (Produção Vegetal), com ênfase em Fitotecnia, Fertilidade/Manejo do Solo e Nutrição de Plantas, atuando principalmente nos seguintes temas: sistemas de manejo, manejo de resíduos na agricultura, adubação, nutrição de plantas, uso de nutrientes na agricultura, análises químicas.
Diego Diniz Ribeiro	Advogado tributarista e aduanerista (sócio fundador do Daniel & Diniz Sociedade de Advogados). Ex-Conselheiro titular da 3ª Seção do CARF (2015/2019). Doutorando em Direito Processual Civil pela USP. Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP (2009). Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários - IBET (2003). Graduado em Direito pela UNAERP (2001). É professor convidado em cursos de pós-graduação em Direito Tributário, Processo Tributário e Processo Civil da FGV/SP, IBET, IBDT/USP, EPD, FDSM, Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo - ESPGE, Escola Superior da Advocacia - ESA/SP e FDF. É professor (concursado) de Processo Civil na Faculdade de Direito do Instituto Municipal de Ensino de Bebedouro (IMESB).
Edmeia Corrêa Netto	Doutora (2009) e Mestre (2005) em Serviço Social pela UNESP/Franca. Graduada em Serviço Social pela Universidade de Ribeirão Preto (1982) É Assistente Social Judiciária, docente em cursos de graduação do IMESB Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro - IMESB. Lecionou em cursos de graduação de Serviço Social, pós-graduação, realiza cursos e palestras em sua área de atuação: sociojurídico, família, criança e adolescente, políticas públicas.
Eduardo Pahor Filho	Graduação em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP Jaboticabal - SP). Experiência na área de Zootecnia, com ênfase em aquicultura. Mestrado em aquicultura pela Estação Marinha de Aquicultura (FURG - RS). Doutorado em aquicultura pelo Centro de Aquicultura (CAUNESP - Jaboticabal-SP). Pós-doutorado em aquicultura (Bolsista PNPD). Pesquisador associado ao grupo de pesquisa "Biologia de Parasitos de Organismos Aquáticos" do CNPq. Possui publicações voltadas à criação e profilaxia de organismos aquáticos como peixes e rãs. Atualmente é Professor Substituto do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro e do Instituto Federal Catarinense.

<p>Eduardo de Carvalho Machione</p>	<p>Possui graduação em Administração pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (2002) e mestrado em Tecnologia Ambiental pela Universidade de Ribeirão Preto (2009). Atualmente é Gestor de Logística - Rodomac Transportes Ltda, Professor Efetivo e Coordenador do Curso de Administração do IMESB - Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vittório Cardassi.</p>
<p>Fábio Rocha Caliar</p>	<p>Advogado. Mestre em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. Coordenou o Curso de Direito do IMESB, Instituto Municipal de Ensino Superior - Bebedouro/SP (2015/2021), Professor efetivo de Direito Penal, Direito Processual Penal, Legislação Penal Especial e Prática Penal no IMESB, Instituto Municipal de Ensino Superior - Bebedouro/SP. Lecionou Direito Penal, Legislação Penal Especial e Prática Penal no Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos UNIFEB (2016-2019). cursou Escola Alemã de Ciências Criminais na Georg-August-Universität Göttingen, Alemanha (2018). Professor da Escola Superior de Direito de Ribeirão Preto/SP no Programa de Pós Graduação Lato sensu (2017-2019). Professor convidado da Especialização em ciências criminais do Curso Êxito de São José dos Campos/SP. Professor convidado do Curso de Pós Graduação, Lato Sensu em Direito e Processo Penal, Meu Curso, São Paulo/SP. No Centro de Educação Barretos lecionou (2008-2015) Direito Penal, Direito Processual Penal e Prática Jurídica Penal. Professor convidado da Especialização em Direito Penal, Processo e Criminologia da ESA/SP - Ribeirão Preto/SP. Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos - UNIFEB. Autor de artigos e obras jurídicas como Manual do Advogado Criminalista, Editora Juspodivm (5ª ed), e ainda Direito Penal em provas discursivas (2ª ed.), Revisão Delegado Civil (6ª ed), Delegado Federal, Investigador de Polícia, Revisão Final Delegado de Polícia Goiás, ambos pela Editora Juspodivm. Parecerista e associado da ABRACRIM/SP, Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas. Tem experiência forense atuando como advogado na área criminal, cível e administrava.</p>
<p>Gilmar da Silveira Sousa Junior</p>	<p>Possui graduação em Agroecologia pela Universidade Federal de São Carlos (2014) onde atuou como bolsista PROEX, CNPQ e FUNDAG em projetos de Educação Ambiental, Controle Biológico e Nutrição e adubação de cana-de-açúcar. Mestre e Doutor em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, onde atuou na área da fisiologia Vegetal, ecofisiologia, estresses abióticos e atenuadores de estresses em plantas, com ênfase na cultura da cana-de-açúcar sob toxicidade alumínio e silício. Atualmente é professor do curso de engenharia agrônoma no Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro "Vittório Cardassi" - IMESB.</p>
<p>Gustavo Henrique Schneider Nunes</p>	<p>Doutorando em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP .Mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM. Bacharel em Direito pela Universidade Paulista - Ribeirão Preto. Professor de Direito Processual Civil e de Direito Constitucional na Faculdade de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vittório Cardassi - IMESB, onde exerceu o cargo de Coordenador do Curso de Direito de janeiro de 2011 a junho de 2016. Professor Convidado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil da Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP. Professor Convidado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil do Centro Universitário UNIFAFIBE. Professor Convidado</p>

	dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Público e Direito Processual Civil da Escola Brasileira de Estudos Jurídicos - EBJUR (campus Ribeirão Preto). Professor da Escola Superior de Advocacia - ESA. Autor de livros e artigos jurídicos. Advogado militante.
João Alberto Fischer Filho	Graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (2013), Mestrado (2015) e Doutorado (2018) em Agronomia (Ciência do Solo) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Câmpus de Jaboticabal. Atua como professor assistente na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Frutal. Atualmente, é Chefe do Departamento de Ciências Agrárias e Biológicas e Coordenador do Complexo Experimental Multiuso. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado Profissional) em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação/Rede PROFNIT - UEMG Unidade Frutal. É vice-líder do Grupo de Pesquisa em Geotecnologias em Mapeamentos e Recursos Hídricos (GeoMap_Hidro). Relator Ad-hoc de periódicos científicos, trabalhos de congressos e processos relacionados a bolsas. Atua principalmente nos seguintes temas: agricultura irrigada, climatologia agrícola e modelagem de sistemas agrícolas.
João Emmanuel Ribeiro Guimaraes	Biólogo formado na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava (2006); Engenheiro Agrônomo formado na Faculdade Dr. Francisco Maeda (2010), mestre em Agronomia - Produção Vegetal pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP, Câmpus de Jaboticabal (2012), Doutor em produção vegetal na área de pós-colheita na (UNESP - FCAV) / Institut Valencià d'Investigacions Agràries (IVIA / València, Espanha) (Julho 2016) Atualmente professor e Coordenador do curso de Engenharia Agrônoma do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vitorio Cardassi, professor da Escola Técnica Agropecuária São Francisco de Assis - Colina-SP e consultor técnico na área de experimentação agrícola da AGROPROTECT CONSULTORIA EM DEFESA VEGETAL LTDA. Possui experiência na área de pós-Colheita, cargos Administrativo/Pedagógico. Avaliador do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo.
Josney Freitas Silva	Josney Freitas Silva é Doutor em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL (Bolsa CAPES, 2014). É Mestre em Ensino de Ciências pela Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL (Bolsa FAPEMIG, 2012-2013). Possui Pós-graduação em Gestão Empresarial Estratégica pela Universidade do Estado de São Paulo - USP (2004), Pós-graduação em Gestão de Pequenas e Médias Empresas pelo Centro Universitário do Noroeste Paulista (2002). É Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (1997) e em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Franca (2017). É Professor Efetivo no Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro - IMESB, atuando nos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Engenharia Agrônoma. É professor Efetivo na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade de Frutal, onde atuou como Vice-Coordenador do Curso de Administração e é professor no curso de Administração. Já atuou nos cursos de Sistemas de Informação, Comunicação Social e Tecnologia em Produção Sucroalcooleira. Dentre outras, já lecionou as disciplinas de Métodos Quantitativos em Administração, Estatística e Probabilidade, Análise Estatística de Dados, Matemática Financeira, Sistemas de Informações Gerenciais,

	Empreendedorismo, Plano de Negócios e Planejamento Estratégico.
Josué Justino do Rio	Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Teoria Geral do Direito e do Estado pelo Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário Eurípedes de Marília (Linha de pesquisa: construção do saber jurídico). Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa "Constitucionalização do Direito Processual" e do Grupo de Pesquisa "Reflexões sobre o Ensino Jurídico Brasileiro". Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. Professor de Direito Penal, Legislação Penal Especial e de Processo Penal. Monitor na disciplina "Acesso à Justiça" no Programa de Mestrado do UNIVEM. Possui graduação em Direito pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro - Vitorio Cardassi (2009). Professor-orientador do Núcleo de Práticas Jurídicas do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro - Vitorio Cardassi. Advogado. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM.
Livia Pelli Palumbo	Doutoranda em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru - ITE Mestre em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela Faculdade de Direito de Bauru - ITE (2013). Possui Especialização em "Giustizia costituzionale e tutela giurisdizionale dei diritti" pela Universidade de Pisa - Itália (2013), em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Gama Filho (2009). Formação Complementar em "American Law and Legal English" pela Universidade de Delaware - Estados Unidos da América (2012). Professora concursada do Curso de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro "Vitorio Cardassi" (IMESB). Professora de Direito no cursos preparatórios para OAB e Concursos Públicos do GETUSSP (USP). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional e Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, garantias processuais penais, proteção aos grupos vulneráveis. Advogada inscrita na OAB/SP sob o número 291.271. Membro do Colegiado de Professores da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). * Algumas produções poderão aparecer em duplicidade nos campos de produção e de eventos, apenas para cômputo de atividades.
Luis Antônio Nogueira	Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto da Instituição Moura Lacerda (1987) e em Ciências Contábeis, pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (1993). Pós Graduado pela FUNDACE/USP em Gestão Empresarial, Contabilidade, Auditoria e Legislação Tributária (2000). Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela UNIARA - Centro Universitário de Araraquara (2012). Atualmente, ocupa o cargo de Diretor da Controladoria Geral da Prefeitura Municipal de Bebedouro, é socio proprietário da LN Contabilidade & Serviços S C e professor concursado do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro- IMESB Vitorio Cardassi, nos cursos de Administração e Ciências Contábeis, nas disciplinas de Contabilidade, Auditoria e Sustentabilidade Empresarial e Gestão do Terceiro setor.
Luiz Carlos Jaca	Executivo, há 34 anos, da área de agronegócios, atuando na área administrativa do Grupo PAU D'ALHO (AGROPECUÁRIA PAU D'ALHO LTDA, CONDOMÍNIO AGROPECUÁRIO PAU D'ALHO, SÃO JORGE AGROPECUÁRIA LTDA, SÃO JOÃO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e MALISA COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA) com sede em Ibitiúva ? SP ?, voltada para a produção e comercialização de cana-de-açúcar, soja e exploração

	<p>pecuária ? onde atualmente exerce o cargo de Diretor Corporativo; Professor nas áreas de ESTRATÉGIA, MARKETING, GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS E LOGÍSTICA e GESTÃO DE PESSOAS, do IMESB-VC, de Bebedouro ? SP, onde é Professor Titular (concursado) desde 1998, atuando atualmente no curso de ADMINISTRAÇÃO, nas disciplinas de Planejamento Estratégico, Administração da Cadeia de Suprimentos e Logística; Gestão do Agronegócio e Parcerias estratégicas e Tópicos Avançados em Administração</p>
<p>Marcelo Ramos</p>	<p>Possui graduação em Ciências Contábeis Ênfase em Aud. e Controladoria pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro 'Vitorio Cardassi' (2007). Atualmente é docente do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro 'Vitorio Cardassi' e ex-docente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Prof. Idio Zuchi, e atua na função de Coordenador Regional de Vendas na Granol Indústria, Comércio e Exportação S/A, atuando principalmente nos seguintes temas: contabilidade, planejamento tributário, biodiesel, controladoria e apuração de impostos.</p>
<p>Marcus Lúcius de Carvalho Corrêa</p>	<p>Professor concursado na área de marketing do Imesb-VC em Bebedouro. Docente no Senac SP na área de Gestão e Negócios e Interlocutor do Programa de Desenvolvimento da Regionalização do Turismo na região de Barretos. Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Uni-Facef Centro Universitário de Franca. Especialista em Gestão de Pessoas pelo Centro Universitário Unifafibe. Possui graduação em Publicidade e Propaganda pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro "Vitorio Cardassi" (2002). Atualmente é docente no - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SP) e no Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro "Vitorio Cardassi". Atua também como consultor e palestrante nas áreas de comunicação e marketing, visual merchandising, relacionamento, marketing de serviços e controles.</p>
<p>Maria Cristina Pinheiro Machado Sanches</p>	<p>Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (1989), mestrado (2000) e doutorado (2019) em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Rio Preto, do Instituto de Ensino Superior de Bebedouro e da Faculdade Estácio Rio Preto. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em GESTÃO URBANA, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano, urbanismo, planejamento ambiental, planejamento habitacional e plano diretor.</p>
<p>Patricia Helena de Ávila Jacyntho</p>	<p>Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP (1994) e Mestrado em Direito Privado pela Universidade de Franca - UNIFRAN (2000), bem como Especialização em Direito Ambiental pela Universidade de Franca (2004). Atualmente é Sócia-Proprietária da Empresa Jacyntho e Dalkirane Assessoria e Consultoria Jurídica Empresarial na cidade de Barretos/SP, Professora Efetiva e Vice-Diretora do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro "Vitorio Cardassi" - IMESB-VC. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e Direito Empresarial, atuando nos seguintes temas: (Obrigações, Contratos, Reais / Coisas, Sociedades, Falência, Títulos de Crédito, Relações de Consumo); ênfase também nas seguintes áreas: Direito do Trabalho, Direito do Consumidor, Direito Ambiental, Direito Previdenciário e Direito Administrativo.</p>


Renata Cipolli D'Arbo	Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1990), mestrado em Economia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2014). Atualmente leciona no Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro - "Victório Cardassi". Tem experiência na área de Economia, com ênfase em História Econômica e História do Pensamento Econômico, atuando principalmente nos seguintes temas: Progresso técnico, Desenvolvimento Econômico, Celso Furtado, Tecnologia e Produtividade na Agricultura Paulista.
Rosiane Sasso Rissi	Possui graduação em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto (1998) e mestrado em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto (2002). É advogada e professora do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro - "Victório Cardassi". Tem experiência como docente nas seguintes disciplinas: Introdução ao Estudo do Direito; Teoria Geral do Direito Privado; Direito Civil (Família e Sucessões); Direito Empresarial e Metodologia para Monografia Jurídica. Na área administrativa, foi coordenadora do Núcleo de Pesquisa Jurídica da Faculdade de Educação São Luís de Jaboticabal.
Sofia Muniz Gracioli	Possui graduação em PSICOLOGIA pelo Centro Universitário de Franca (2009) e Mestrado em Saúde Mental pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP (2013) e Doutorado pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP (2018). Professora concursada pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi e pelo Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF), além de ser professora na Faculdade Francisco Maeda FAFRAM e professora dos cursos de Pós Graduação SENAC. Atualmente foi aceita para ingressar como aluna de Pós Doutorado em Educação na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

ANEXO II

PLANO DE CARREIRA

Quarta-feira, 23 de Dezembro de 2015 | Edição N.º 633 | Cardeno I

DIÁRIO OFICIAL



MUNICÍPIO DE BEBEDOURO

<http://sp.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/bebedouro/>



**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016

Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - N.º 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 43.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N. 116 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

Dá nova redação aos artigos de número 23 a 46 e acrescenta Anexo III à Lei Municipal n. 2.616, de 28 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários e Servidores do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vítório Cardassi e revoga as leis que especifica.

O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais,
Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os artigos de número 23 a 46 da Lei Municipal n. 2.616, de 28 de fevereiro de 1997, passam a ter a seguinte redação:

Art. 23. Para os efeitos deste Plano de Carreira, são adotadas as seguintes definições:

I - Atividades Acadêmicas são as atividades próprias do corpo docente;

II - Diária é o valor pago ao funcionário para fazer frente aos gastos de transporte, alimentação e hospedagem, quando em viagem a serviço da Instituição de Ensino;

III - Hora-aula é a fração de tempo dedicada pelo docente às atividades de ensino teórico e/ou prático;

IV - Hora-atividade é a fração de tempo dedicada pelo docente às demais atividades acadêmicas inerentes a sua sala de aula;

V - Hora-Pedagógica é a fração de tempo dedicada pelo docente quando designado pela sua Coordenação de Curso ou Direção para o desempenho de quaisquer atividades pedagógicas de extensão curricular;

VI - Interstício é o lapso de tempo estabelecido como o mínimo necessário para que o docente se habilite à progressão e ao acesso;

VII - Nível é o símbolo atribuído ao conjunto de classes, visando determinar a sua faixa de vencimento correspondente;

VIII - Padrão de Vencimento é a letra que identifica o vencimento recebido pelo docente dentro da faixa de vencimento da classe que ocupa;

IX - Quadro é o conjunto de Classes de Docentes de provimento efetivo e temporário;

X - Progressão é a elevação do padrão de vencimento do docente para o padrão imediatamente superior, mediante o cumprimento das exigências estabelecidas na progressão funcional;

"Deus Seja Louvado"



**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016

Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 www.bebedouro.sp.gov.br

XI - Tabela de Vencimentos é o conjunto de valores de vencimentos ordenados hierarquicamente.

Art. 24. A Carreira de Docente do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vittório Cardassi obedecem à estrutura definida neste estatuto.

§ 1º A política institucional de recursos humanos da instituição deve nortear-se pela busca permanente de melhores padrões de qualidade e produtividade, através de um processo contínuo de treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional.

§ 2º Deve caracterizar-se pela utilização de técnicas participativas e transparentes de administração, pela implantação de um processo de avaliação contínua do potencial dos recursos humanos e pelo estabelecimento de um conjunto de condições motivacionais que possibilitem a sua qualificação evolutiva, com vistas ao aprimoramento da qualidade dos serviços e ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

§ 3º Tem como premissas básicas promover a integração de seu pessoal ao projeto institucional, criar incentivos para garantir a permanência do pessoal docente, possibilitar a sua atualização sistemática e manter padrões de remunerações condignas.

Art. 25. Os docentes do IMESBVC estão sujeitos ao regime jurídico próprio do serviço público municipal, exceto nas peculiaridades instituídas no presente estatuto.

§ 1º O corpo docente do IMESBVC é constituído pelos professores integrantes da Carreira de Magistério Superior.

§ 2º Os atos de nomeação e exoneração de docentes são de competência exclusiva do diretor da Autarquia, nos termos do Estatuto e do Regimento Geral, observada a legislação superior vigente.

Art. 26. O ingresso na Carreira de Ensino Superior far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, cuja regulamentação será estabelecida pela Congregação.

§ 1º Deverão ser objeto de especial valorização para a progressão na carreira docente, os títulos de Mestre e Doutor e a produção científica relevante.

§ 2º Também deverão ser considerados o tempo de serviço e a experiência em atividades docentes superiores exercidas no IMESBVC e em outras instituições de ensino de nível superior, para o ingresso na carreira mediante concurso público.

§ 3º O docente nomeado por concurso público deverá cumprir o estágio probatório de 03 (três) anos e somente terá sua nomeação confirmada após o cumprimento das exigências legais, e posterior aprovação pela Congregação.

Art. 27. São consideradas atividades próprias do corpo docente:

"Deus Seja Louvado"



**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016

Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - N.º 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 www.bebedouro.sp.gov.br

a) as relacionadas ao ensino, em todos os seus graus e níveis, bem como as atividades de pesquisa que visem a produção, ampliação e transmissão de conhecimento;

b) as de extensão, que se estendam à comunidade e/ou entidades conveniadas, sob a forma de cursos e/ou serviços especiais;

c) as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia e coordenação na própria Instituição.

Art. 28. A Carreira do Ensino Superior obedece ao princípio de integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, compreendendo três classes denominadas MS1, MS2 e MS3, contendo cada uma 21 (vinte e um) níveis, designados pelas letras de "A" a "C".

§ 1º MS1 é o docente que possuidor de título de pós-graduação lato sensu, compatível com a área em que irá atuar, obtido na própria instituição ou em curso credenciado no país ou exterior, sendo, neste caso, devidamente reconhecido ou convalidado pelo órgão competente.

§ 2º MS2 é o docente possuidor de título de mestre, compatível com a área em que irá atuar, obtido na própria Instituição ou em curso credenciado no país ou no exterior, sendo, neste caso, devidamente reconhecido ou convalidado pelo órgão competente.

§ 3º MS3 é o docente possuidor de título de doutor ou de livre-docente, compatível com a área em que irá atuar, obtido em curso credenciado no país ou no exterior, sendo, neste caso, devidamente reconhecido ou convalidado pelo órgão competente.

§ 4º Os critérios para progressão nos níveis mencionados no caput deste artigo constam do Anexo III da Tabela de Referência, e obedecerão os artigos 32 ao 35 do presente Estatuto, sendo que o valor da hora-aula do corpo docente será reajustado nos termos da Lei Municipal.

Art. 29. A contratação de Professor Substituto poderá ocorrer em caso de atendimento às necessidades eventuais dos cursos, em substituição a Professores de Carreira que venham a se afastar por período determinado.

Parágrafo único. O Professor Substituto terá um contrato de trabalho por tempo determinado, segundo a legislação que rege a contratação pelo excepcional interesse público, para atender as necessidades temporárias do IMESBVC.

Art. 30. O IMESBVC poderá contratar Professor Visitante, por tempo determinado, para atender às necessidades acadêmicas da Instituição, segundo a legislação que rege a contratação pelo excepcional interesse público, para atender as necessidades temporárias do IMESBVC.

"Deus Seja Louvado"



**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016

Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Parágrafo único. O Professor Visitante deverá ser um profissional com titulação equivalente, no mínimo, ao grau de mestre, para atender a programa de ensino, pesquisa ou extensão.

Art. 31. O docente integrante da Carreira de Ensino Superior, após o interstício de 03 (três) anos e mediante a comprovação dos critérios de progressão estabelecidos neste Capítulo, poderá ser promovido para o nível subsequente ao que estiver posicionado.

§ 1º Quando o docente preencher os requisitos estabelecidos neste capítulo e houver a mudança de Categoria (Especialista, Mestre e Doutor), progredirá para o respectivo Nível e Classe que contenha a hora-aula mais aproximada (sempre para mais) da que estava anteriormente.

§ 2º A contagem do interstício, para efeito de promoção, será interrompida e desconsiderada quando o docente estiver afastado do exercício de sua função, por motivo de:

- a) gozo de licença para tratar de interesses particulares;
- b) processo administrativo disciplinar;
- c) falta não abonada ou injustificada.

Art. 32. Haverá anualmente a avaliação do docente pela Instituição, observados o cumprimento dos deveres do Regimento Interno do IMESB inerentes ao corpo docente, além dos seguintes critérios:

- a) a comprovação de participação em Congressos, Simpósios, Seminários Externos ou promovidos pela própria instituição, no mínimo uma participação em qualquer destes eventos por ano;
- b) as notas da Comissão Permanente de Avaliação Docente - CPA - acima de 7(sete);
- c) entrega de notas, diários de sala, no prazo fixado pela Secretaria Acadêmica, e por esta atestado;
- d) participação em Reuniões de Colegiado, Congregação, Eventos Acadêmicos Externos, quando convocados pela instituição, contando com no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de participação no ano letivo.

§ 1º A CPA reunir-se-á, anualmente, no segundo semestre de cada ano, com o fim específico de coordenar a apuração do merecimento dos docentes habilitados à progressão, cujos dados serão coletados mediante as avaliações por ela realizadas, e após o relatório, deverá ser encaminhado a Direção do Instituto para apreciação e providências.

"Deus Seja Louvado"



**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016

Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 www.bebedouro.sp.gov.br

§ 2º A regulamentação dos critérios acima mencionados de avaliação docente será efetuada por Portaria da Direção, aprovada pela Congregação.

§ 3º O docente que se julgar prejudicado poderá recorrer à Direção, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da ciência da decisão, ocasião em que a Direção terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar.

Art. 33. Não será concedida progressão por merecimento ao docente que, mesmo com desempenho satisfatório tenha, no período considerado:

I - sofrido pena decorrente de processo administrativo disciplinar;

II - faltado ao serviço injustificadamente por mais de 5 (cinco) dias, consecutivos ou não;

III - gozado licença para:

a) tratamento de saúde, desde que exceda a 120 (cento e vinte) dias consecutivos ou não, nos termos da Lei Complementar n. 83, de 11 de maio de 2011.

b) interesses particulares;

c) por motivo de moléstia em pessoa da família, desde que exceda a 05 (cinco) dias, consecutivos.

Art. 34. Para a postulação ao novo enquadramento, o docente deverá encaminhar até o dia 10 de janeiro de cada ano, requerimento documentado à Direção, que terá 30 (trinta) dias para se manifestar, e os efeitos legais do novo enquadramento retroagirão a partir da decisão da Direção.

Art. 35. O docente pertencente à Carreira do Magistério Superior fica sujeito às seguintes jornadas semanais de trabalho, determinadas no respectivo contrato de trabalho:

I - Regime Horista (RH) - serão enquadrados neste regime todos os docentes que tenham valor de 4 (quatro) a 10 (dez) horas semanais de trabalho no IMESBVC;

II - Regime Parcial de Trabalho (RPT) - serão enquadrados neste regime todos os docentes que tenham de 12 (doze) a 20 (vinte) horas semanais de trabalho no IMESBVC;

III - Regime Integral (RI) - serão enquadrados neste regime de trabalho todos os docentes que tenham de 22 (vinte e dois) a 40 (quarenta) horas de trabalho semanais no IMESBVC.

§ 1º Sobre o montante da hora-aula do docente, deverá ser paga hora-atividade, cujo valor corresponderá a 50%(cinquenta por cento) do valor da hora-aula da Classe A, Nível 1, da categoria docente MS2, cuja definição é referida no artigo 23, inciso IV, da presente lei.

"Deus Seja Louvado"



**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016

Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - N.º 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 www.bebedouro.sp.gov.br

§ 2º Referidas horas-pedagógicas devem ser aquelas dedicadas às atividades de pesquisa, extensão, atividades complementares, extracurriculares, atendimento e orientação ao corpo docente, mediante prévia aprovação do plano de trabalho do docente, pela coordenação do curso, cujo pagamento será analisado pela Direção do IMESBVC.

§ 3º A hora-pedagógica será calculada no valor da hora-aula da respectiva titulação do docente pleiteante.

§ 4º O IMESBVC adotará como regime preferencial de trabalho aquele que fixar a dedicação integral à docência e à pesquisa.

§ 5º Qualquer docente efetivo que exerça atividades administrativas e ou pedagógicas poderá acumular as funções para fins de enquadramento nos regimes de trabalho de que trata este artigo, revogando-se integralmente a Lei n. 3.836, de 14 de outubro de 2008, e o artigo 42, incisos I, II e III, e seus parágrafos 1º e 2º, bem como os artigos 43, 44 e 45 do presente estatuto, que passarão a vigorar com a nova redação, a partir da entrada em vigor da presente lei.

Art. 36. O docente efetivo enquanto investido em função de Direção, Vice-Direção, Coordenadorias, estas previstas no artigo 26, § 1º, alíneas "a" até "e" do Regimento Interno, e Assessorias, ou outra função da carreira docente ou administrativa, por eleição, convocação ou designação pelo diretor, cumprirá carga horária e perceberá remuneração específica da atividade, determinadas em portaria pela Direção, aprovada pela Congregação.

Art. 37. O IMESBVC incentivará a pesquisa por todos os meios ao seu alcance, tais como:

- a) formação de pessoal em seus cursos de pós-graduação ou em outras instituições nacionais ou estrangeiras, reconhecidas pelos órgãos competentes;
- b) formação de grupos de pesquisadores;
- c) intercâmbio com outras instituições acadêmicas ou científicas, estimulando o desenvolvimento de projetos comuns;
- d) promoção de congressos, simpósios, seminários e palestras;
- e) garantia de condições para a execução de projetos especiais;
- f) concessão e obtenção de bolsas especiais de pesquisa em categorias diversas, principalmente na de iniciação científica;
- g) convênios com entidades nacionais e internacionais.

"Deus Seja Louvado"



**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016

Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - N.º 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

§ 1º Com a finalidade de capacitar, reciclar e aprimorar os conhecimentos de seus docentes efetivos, visando o melhor desempenho de suas atribuições e funções, o IMESBVC estimulará a participação em cursos, seminários, palestras, congressos, estágios e outros, cujas despesas poderão ser cobertas com recursos próprios e constantes do orçamento, desde que haja disponibilidade orçamentária para este fim.

§ 2º Os docentes que participarem dos eventos mencionados no parágrafo anterior deverão apresentar relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas e, nos casos de cursos, seminários e palestras, repassar os conhecimentos adquiridos.

§ 3º A liberação dos recursos dependerá de deliberação da Direção do IMESB, depois de prévia análise e aprovação de projeto, observados o interesse da instituição no evento e a disponibilidade orçamentária.

Art. 38. Os docentes integrantes da Carreira de Ensino Superior serão avaliados, para efeito de progressão funcional, entre outros critérios, pela produção científica elaborada a cada ano, de acordo com as normas estabelecidas pelo IMESBVC.

§ 1º Os docentes integrantes da Carreira de Ensino Superior serão retribuídos de acordo com a classe, nível e regime de trabalho ou carga horária cumprida.

Art. 39. Para os docentes em regime de tempo integral, a produção científica é condição essencial para a permanência naquele regime.

Parágrafo único. Excepcionalmente e atendendo sempre aos interesses da Instituição, na área Administrativa e Pedagógica, a Direção, ouvida a Congregação, poderá permitir a permanência de professores no Regime de Tempo Integral, sem a exigência constante neste artigo.

Art. 40. A Tabela de Salários dos docentes é estruturada a partir do salário do Professor MS1, nível A, que corresponde ao índice 1,0 (um), mantendo, a partir daí, um intervalo de classe constante de 2% (dois por cento) de um nível para outro.

Parágrafo único. Os vencimentos do docente integrante da Carreira de Ensino Superior, observada a classe e o nível, são os constantes do Anexo III da Tabela de Valor da Hora-Aula do Corpo Docente deste Estatuto.

Art. 41. O salário do Professor Substituto e do Professor Visitante tem por base o valor da hora-aula do nível inicial da classe a que corresponder a sua titulação.

Parágrafo único. Os professores de que trata este artigo, serão remunerados pelo número de horas-aula que efetivamente ministrarem, sendo vedada a atribuição de hora-aula suplementar a qualquer título, bem como a incorporação dos vencimentos percebidos no período de substituição.

"Deus Seja Louvado"



Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 www.bebedouro.sp.gov.br

Art. 42. *Constituem funções pedagógicas e administrativas aquelas que atendam às necessidades de organização e coordenação das atividades docentes e administrativas e às exigências da legislação que rege o ensino superior.*

§ 1º *Ao docente integrante do quadro funcional, ocupante de função pedagógica ou administrativa, ao deixá-la, é assegurado o retorno ao cargo anteriormente ocupado.*

§ 2º *O professor efetivo que for eleito e/ou eleito e nomeado para funções administrativas e/ou pedagógicas, poderá receber gratificação sobre a sua referência salarial.*

§ 3º *Entende-se por funções pedagógicas a de professor e coordenadores na área pedagógica, e administrativas, as de Diretor e Vice-Diretor*

§ 4º *O provimento das funções pedagógicas se dará de forma designativa ou eletiva, conforme disposto nesta Lei e no Regimento Geral do IMESBVC.*

§ 5º *Os atos de designação e dispensa de docente para funções pedagógicas são de competência exclusiva do diretor da Instituição, observados os critérios regimentais e ouvidos os órgãos competentes.*

Art. 43. *As funções de Coordenação são privativas de docentes efetivos integrantes da Carreira de Magistério Superior do IMESBVC.*

§ 1º *Somente poderá concorrer às coordenações o docente que:*

- a) *possuir formação na área específica da coordenação;*
- b) *não estiver afastado da Instituição a mais de um ano;*
- c) *possuir, no mínimo, o título de mestre na área ou área afim;*
- d) *apresentar disponibilidade de horário, fora do seu horário letivo;*
- e) *formalizar sua inscrição, para concorrer ao processo eletivo, observados os critérios e prazo fixados para o referido processo*

§ 2º *Excepcionalmente, no caso de cursos em implantação, poderá ser dispensada a exigência constante do caput deste artigo, mediante aprovação pela congregação.*

Art. 44. *Os docentes que porventura tenham tido direito adquirido aos quinquênios retroativos por ocasião de contratação através de processo seletivo, terão assegurados estes valores na sua remuneração, sendo certo que este adicional somente será concedido aos docentes que obtiveram este direito até a entrada em vigor do presente Plano de Carreira, e os demais terão os direitos a este benefício computados somente após cumprido o estágio probatório, respeitando-se todos os demais direitos assegurados pela Lei n.º 2.693, de 26 de agosto de 1997 (Estatuto dos Funcionários e Servidores Públicos do Município de Bebedouro).*

"Deus Seja Louvado"



**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016

Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Art. 45. Em função do cargo público ocupado, o professor terá vencimentos fixos, correspondente a jornada de trabalho de oito horas-aula semanais, ou seja, quarenta horas-aula mensais, cujos valor será escalonado conforme os graus de que trata o Anexo III desta lei.

Parágrafo único. As horas-aula que excederem o número de oito semanais serão atribuídas em caráter suplementar, cujo valor será o mesmo da hora-aula correspondente à jornada do cargo público.

Art. 46. O docente que deixar de cumprir as normas regulamentares e não preencher os requisitos exigidos em lei, deliberações e resoluções do Ministério da Educação e Cultura - MEC, do Conselho Estadual de Educação - CEE -, Estatuto e Regimento Geral do IMESBVC e nesta lei para exercício da profissão, poderá ser objeto de processo administrativo para fins de exoneração, garantida ampla defesa.

Art. 2º À Lei Municipal n. 2.616, de 28 de fevereiro de 1997, fica acrescido o ANEXO III, o qual contém a Tabela de Valor da Hora-Aula do Corpo Docente.

Art. 3º Os demais artigos da Lei Municipal n. 2.616, de 28 de fevereiro de 1997, permanecem inalterados.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 5º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais n. 3.836, de 14 de outubro de 2008, e n. 4.530, de 13 de novembro de 2012.

Prefeitura Municipal de Bebedouro 23 de dezembro de 2015.

Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 23 de dezembro de 2015

Ivanira A de Souza
Secretaria

"Deus Seja Louvado"



**Prefeitura de
Bebedouro**

ADM. 2013/2016



Unindo esforços, somando competências

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

ANEXO III
TABELA DE VALOR DA HORA-AULA DO CORPO DOCENTE

Categoria Docente	2%	Nível						
	Classe	1	2	3	4	5	6	7
MS-1 Especialista	A	24,56	25,05	25,55	26,06	26,58	27,12	27,66
	B	28,21	28,78	29,35	29,94	30,54	31,15	31,77
	C	32,41	33,05	33,72	34,39	35,08	35,78	36,49
MS-2 Mestre	A	27,02	27,56	28,11	28,67	29,25	29,83	30,43
	B	31,04	31,66	32,29	32,94	33,60	34,27	34,95
	C	35,65	36,37	37,09	37,83	38,59	39,36	40,15
MS-3 Doutor	A	29,71	30,30	30,91	31,53	32,16	32,80	33,46
	B	34,13	34,81	35,51	36,22	36,94	37,68	38,43
	C	39,20	39,99	40,79	41,60	42,43	43,28	44,15

* O valor da hora-atividade corresponderá a 50% do valor da hora-aula Classe A, Nível 1, da Categoria Docente MS2.

"Deus Seja Louvado"

ANEXO III

EVOLUÇÃO FINANCEIRA - 2017 – 2021

RECEITAS					
RECEITA	2017	2018	2019	2020	2021/07
Receitas Orçamentárias	4.138.229,89	4.413.586,04	3.857.578,09	3.635.580,44	1.791.767,12
Refinanciamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	77.711,96	64.996,78	6.318,76	0,00	0,00
TOTAL GERAL DA RECEITA	4.215.941,85	4.478.582,82	3.863.896,85	3.635.580,44	1.791.767,12
DESPESAS					
DESPESA	2017	2018	2019	2020	2021/07
Pessoal e Encargos Sociais	2.915.196,39	3.039.392,28	3.182.134,46	2.880.179,87	1.480.925,79
Outras despesas correntes	942.129,64	939.458,37	680.948,57	444.793,57	265.723,11
Despesas de Capital	637,00	61.217,09	0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamentos da Dívida	308.387,36	158.377,17	74.663,31	63.876,55	46.590,18
TOTAL GERAL DA DESPESA	4.166.350,39	4.198.444,91	3.937.746,34	3.388.849,99	1.793.239,08
RESULTADO	49.591,46	280.137,91	-73.849,49	246.730,45	-1.471,96

ANEXO IV

LEIS DE BOLSAS DE ESTUDO

LEI N. 5047 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a celebração de convênio entre o Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vitorio Cardassi - IMESBVC - e prefeituras municipais ou empresas privadas, visando a prestação de serviços educacionais, autoriza a autarquia a conceder incentivos educacionais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais,
Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vitorio Cardassi - IMESBVC - autorizado a celebrar convênios visando a prestação de serviços educacionais entre prefeituras municipais e empresas privadas, nos termos da presente lei.

Art. 2º O convênio de que trata o artigo anterior tem por objetivo conceder descontos de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) aos alunos matriculados nos cursos de graduação, que domiciliem no respectivo município, ou que trabalhem na respectiva autarquia, fundação, empresas privadas, Órgãos Públicos e Prefeituras Municipais, com comprovação de vínculo empregatício nas respectivas.

§ 1º Caberá às conveniadas a contraprestação do pagamento dos percentuais estabelecidos pelo convênio sobre o valor da mensalidade dos alunos cadastrados no convênio a título de bolsa de estudo, devendo efetuar o repasse em até 05 (cinco) dias após o vencimento da contraprestação que lhe couber por mês de referência.

§ 2º O repasse de que trata o parágrafo anterior deverá ser acompanhado de relação nominal dos alunos vinculados à empresa conveniada, sob pena de rescisão do convênio.

§ 3º O aluno beneficiário que deixar de pagar a sua mensalidade na data acordada em contrato, perderá o benefício do mês em que ocorrer a inadimplência, retornando a mensalidade ao valor original, acrescida de multa e juros legais. Caso a inadimplência perdure por 60 (sessenta) dias consecutivos, o aluno perderá o benefício e será excluído do Convênio.

§ 4º O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período anual de vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

§ 5º O convênio poderá ser rescindido caso ocorra o descumprimento das obrigações previstas em lei ou nos termos do convênio, sujeitando-se a parte inadimplente ao ressarcimento de eventuais perdas e danos.

§ 6º Somente terá direito a ingressar no programa educacional o aluno que estiver em situação financeira regular.

§ 7º Os percentuais estabelecidos neste artigo aplicam-se da seguinte forma:

I - conveniadas com até 15 bolsistas, desconto de 20%;

II - conveniadas com mais de 15 até 30 bolsistas, desconto de 25%;

III - conveniadas com mais de 30 bolsistas, desconto de 30%.

Art. 3º Fica o Instituto Municipal de Ensino Superior Victório Cardassi - IMESBVC - autorizado a conceder descontos na mensalidade dos alunos veteranos e ingressantes que fizerem a apresentação de novos alunos, devidamente matriculados.

§ 1º O aluno matriculado veterano terá desconto adicional de 5% (cinco por cento) nas mensalidades para cada aluno indicado e matriculado no IMESB, desde que efetue o pagamento da mensalidade até o dia 10 de cada mês de referência.

§ 2º O aluno ingressante deverá informar em sua ficha de inscrição, no ato da sua inscrição para o vestibular, o nome do aluno veterano que o indicou, bem como o curso e série em que este se encontra matriculado, não se admitindo qualquer troca de indicação, e somente fará jus ao desconto adicional de 5% (cinco por cento) quando da indicação de outro aluno ingressante.

§ 3º O aluno contemplado pelo benefício perderá automaticamente o direito se o aluno ingressante cancelar a matrícula.

§ 4º O incentivo educacional terá efeito para o ano letivo da matrícula.

§ 5º Os alunos ingressantes através de convênios celebrados entre prefeituras, autarquias e fundações, bem como empresas privadas, não terão direito cumulativo aos descontos contidos no § 1º do artigo 3º.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis n. 4.043, de 09 de dezembro de 2009, n. 4.410, de 13 de dezembro de 2011, n. 4.433, de 23 de fevereiro de 2012, n. 4.689, de 28 de agosto de 2013, e n. 4.866, de 27 de junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Bebedouro 10 de novembro de 2015.

Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 10 de novembro de 2015.

Ivanira A de Souza
Secretaria



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

LEI N. 5379 DE 11 DE JUNHO DE 2019

Autoriza a concessão de bolsa de estudos de até 30% (trinta por cento) para os parentes dos servidores públicos municipais efetivos da administração pública direta e indireta, em linha reta ascendente em primeiro grau (pais), na linha reta descendente até segundo grau (filhos e netos), e ainda em linha colateral até segundo grau (irmãos), que especifica e dá providências.

O **Prefeito Municipal de Bebedouro**, usando de suas atribuições legais,
Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vitorio Cardassi - IMESBVC - autorizado a conceder bolsa de estudos de até 30% (trinta por cento) aos parentes dos servidores públicos municipais efetivos da administração pública direta e indireta, em linha reta ascendente em primeiro grau (pais), na linha reta descendente até segundo grau (filhos e netos), e ainda em linha colateral até segundo grau (irmãos), nos termos da legislação vigente, para realização de cursos de graduação em nível superior no período diurno e noturno, junto ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vitorio Cardassi - IMESBVC.

Art. 2º Poderão obter o desconto previsto na presente lei os parentes mencionados no artigo anterior, desde que comprovem documentalmente os graus de parentesco exigidos na presente lei.

Art. 3º Os critérios para concessão dos descontos serão analisados mediante requerimento dirigido ao Departamento Municipal de Recursos Humanos da Prefeitura de Bebedouro, devidamente instruído com os documentos exigidos para comprovação do parentesco, requerimento cujo prazo deverá ser feito durante o período de matrículas, estabelecido pelo IMESBVC, no início de cada ano letivo, e devidamente mantido para as rematrículas, desde que o beneficiário mantenha o cumprimento das exigências nesta lei.

Art. 4º O período de duração do desconto será limitado à duração do curso de formação em nível superior ao qual o parente do servidor estiver vinculado, e desde que não ultrapasse a duração prevista para o curso nos prazos-limites estipulados pela instituição de ensino.

§ 1º O beneficiário não poderá acumular o benefício concedido pela presente lei com nenhum outro desconto ou benefício concedido pela Instituição concedente.

§ 2º O desconto previsto na presente lei não será concedido aos alunos que estiverem cursando dependência no IMESBVC.



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Art. 5º Serão de acesso público permanente os critérios de concessão dos descontos, bem como a relação dos beneficiários.

Art. 6º O desconto desta lei poderá ser cessado quando:

I - o beneficiário apresentar no mês número de faltas não justificadas superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas, apurada a frequência em todos os componentes curriculares;

II - o beneficiário apresentar conduta incompatível com o disposto no Regimento Interno do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vitorio Cardassi - IMESBVC - ou deixar de atender a qualquer dispositivo nele previsto;

III - o beneficiário deixar de pagar a mensalidade na data do vencimento estabelecida pela Instituição, quando perderá o desconto do mês em que ocorrer a inadimplência, retornando a mensalidade ao valor original do curso, acrescida de juros e multa; caso essa inadimplência perdure por até 60 (sessenta) dias consecutivos, perderá o desconto e este será cessado definitivamente.

IV - o beneficiário desistir do curso.

§ 1º A comprovação de presença/faltas junto à instituição de ensino deverá ser efetuada pelo beneficiário junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bebedouro até 10 (dez) dias após a entrega dos diários de sala pelos professores do instituto, mediante a apresentação de relatórios emitidos pela Secretaria Acadêmica da instituição de ensino, sob pena de, se assim não o fizer no prazo aqui estipulado, ter o benefício suspenso.

§ 2º O atraso injustificado por parte do beneficiário na apresentação dos relatórios de que trata o parágrafo anterior, por 2 (dois) meses consecutivos, acarretará a perda do desconto a ele concedido.

§ 3º O beneficiário que desistir do curso, perderá o direito de requerer novamente o desconto previsto na presente lei.

§ 4º O desconto previsto na presente lei somente será concedido aos beneficiários para cursarem um único curso de graduação no IMESBVC.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361

CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta

BEBEDOURO - Estado de São Paulo

Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro 11 de junho de 2019

Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal

Publicadas na Secretaria da Prefeitura a 11 de junho de 2019

Ivanira A de Souza
Secretaria



MUNICÍPIO DE VIRADOURO
Estado de São Paulo
CNPJ 45.709.912/0001-75



LEI Nº 3.670, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020.

Autoriza o Município de Viradouro a firmar convênio com o Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro VictórioCardassi-IMESBVC, visando à concessão de bolsa de estudos para servidores e parentes dos servidores públicos municipais efetivos do Município de Viradouro e específica e dá providências."

Antônio Carlos Ribeiro de Souza, Prefeito do Município de Viradouro, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Viradouro aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Viradouro autorizado a firmar convênio com o Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro VictórioCardassi - IMESBVC –visando à concessão, por parte do IMESBVC, de bolsa de estudos de até 30% (trinta por cento) aos servidores e aos parentes dos servidores públicos municipais efetivos da administração pública direta e indireta, em linha reta ascendente em primeiro grau (pais), na linha reta descendente até segundo grau (filhos e netos), e ainda em linha colateral até segundo grau (irmãos), nos termos da legislação vigente, para realização de cursos de graduação em nível superior no período diurno e noturno.

Art. 2º Poderão obter o desconto previsto, os parentes mencionados no artigo anterior, desde que comprovem documentalmente os graus de parentesco exigidos na presente Lei.

Art. 3º Os critérios para concessão dos descontos serão analisados mediante requerimento dirigido à Seção de Recursos Humanos do Município de Viradouro, que poderá requisitar auxílio da Seção de Recursos Humanos da administração pública direta ou indireta do Município, devidamente instruído com os documentos exigidos para comprovação do parentesco, requerimento cujo prazo deverá ser feito durante o período de matrículas, estabelecido pelo IMESBVC, no início de cada ano letivo, e devidamente mantido para as rematrículas, desde que o beneficiário mantenha o cumprimento das exigências nesta Lei.

Art. 4º O período de duração do desconto será limitado à duração do curso de formação em nível superior ao qual o parente do servidor estiver vinculado, e desde que não ultrapasse a duração prevista para o curso nos prazos-limites estipulados pela instituição de ensino.

§ 1º O beneficiário não poderá acumular o benefício concedido pela presente Lei com nenhum outro desconto ou benefício concedido pela Instituição concedente.

§ 2º O desconto previsto na presente Lei não será concedido aos alunos que estiverem cursando dependência no IMESBVC.

Art. 5º Serão de acesso público permanente os critérios de concessão dos descontos, bem como a relação dos beneficiários.

Art. 6º O desconto desta Lei poderá ser cessado quando:

I - o beneficiário apresentar no mês número de faltas não justificadas superiores a 25% (vinte e



MUNICÍPIO DE VIRADOURO

Estado de São Paulo

CNPJ 45.709.912/0001-75



II - o beneficiário apresentar conduta incompatível com o disposto no Regimento Interno do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro VittórioCardassi - IMESBVC - ou deixar de atender a qualquer dispositivo nele previsto;

III - o beneficiário deixar de pagar a mensalidade na data do vencimento estabelecida pela Instituição, quando perderá o desconto do mês em que ocorrer a inadimplência, retornando a mensalidade ao valor original do curso, acrescida de juros e multa; caso essa inadimplência perdure por até 60 (sessenta) dias consecutivos, perderá o desconto e este será cessado definitivamente;

IV - o beneficiário desistir do curso.

§ 1º A comprovação de presença/faltas junto à instituição de ensino poderá ser efetuada pelo beneficiário junto à Seção de Recursos Humanos do Município de Viradouro até 10 (dez) dias após a entrega dos diários de sala pelos professores do instituto, mediante a apresentação de relatórios emitidos pela Secretaria Acadêmica da instituição de ensino, sob pena de, se assim não o fizer no prazo aqui estipulado, ter o benefício suspenso.

§ 2º O atraso injustificado por parte do beneficiário na apresentação dos relatórios de que trata o parágrafo anterior, por 2 (dois) meses consecutivos, acarretará a perda do desconto a ele concedido.

§ 3º O beneficiário que desistir do curso, perderá o direito de requerer novamente o desconto previsto na presente Lei.

§ 4º O desconto previsto na presente Lei somente será concedido aos beneficiários para cursarem um único curso de graduação no IMESBVC.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Viradouro, 18 de fevereiro de 2020.


ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL



LEI Nº 2.178/2019 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

**DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº
2.174/2.019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2.019 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

MARCOS ANTONIO DANIEL, Prefeito do Município de Jaborandi, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara do Município de Jaborandi, Estado de São Paulo, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º artigo 1º da Lei Municipal nº 2174/2.019, de 05 de novembro de 2.019, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal de Jaborandi autorizada a celebrar convênio com o Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi - IMESB, nos moldes previstos na Lei Municipal nº 5379/2019 do município de Bebedouro/SP, visando a concessão de bolsas de estudos de até 30% (trinta por cento) do valor das mensalidades dos cursos de graduação em nível superior, nos períodos diurno e noturno oferecidos pelo IMESB-VC, aos parentes dos servidores públicos da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal de Jaborandi, podendo ser beneficiados os seguintes parentes de funcionários da Prefeitura Municipal de Jaborandi: pais, filhos, netos e irmãos."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORANDI Em 09 de dezembro de

2019. MARCOS ANTONIO DANIEL

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, Publicada no Diário Oficial do

Município. ANDREIA SILENI BRUNOZI

Analista de Controle Interno



ADM.: 2017/2020

Nossa cidade,
nossa família.

Prefeitura Municipal de Colina

Rua Antonio Paulo de Miranda, 466 - Fones/PABX: (17) 3341-9444 - 3341-9442
Fax: (17) 3341-9443 - Cx. Postal 41 - CEP 14770-000 - Colina - Est. de São Paulo
Site: www.colina.sp.gov.br - E-mail: gabinete@colina.sp.gov.br

LEI Nº 3.404, DE 23 DE OUTUBRO DE 2.019

**AUTORIZA O EXECUTIVO A
CELEBRAR CONVÊNIO COM O
INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO
SUPERIOR DE BEBEDOURO
“VICTORIO CARDASSI” - IMESBVC E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DIAB TAHA, Prefeito Municipal da Comarca de Colina,
Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal da Comarca de Colina,
Estado de São Paulo, aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar convênio de concessão de bolsas de estudos de até 30% (trinta por cento) aos servidores públicos efetivos das Administrações Direta e Indireta do Município de Colina e seus parentes, em linha reta ascendente em primeiro grau (pais), na linha reta descendente até segundo grau (filhos e netos) e, ainda, em linha colateral até segundo grau (irmãos), nos termos da legislação vigente, para a realização de cursos de graduação em nível superior nos períodos diurno e noturno, junto ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro “Victorio Cardassi” – IMESBVC.

Art. 2º - É parte integrante desta Lei, a minuta do Termo de Convênio, constante do Anexo I.



ADM.: 2017/2020
**Nossa cidade,
nossa família.**

Prefeitura Municipal de Colina

Rua Antonio Paulo de Miranda, 466 - Fones/PABX: (17) 3341-9444 - 3341-9442
Fax: (17) 3341-9443 - Cx. Postal 41 - CEP 14770-000 - Colina - Est. de São Paulo
Site: www.colina.sp.gov.br - E-mail: gabinete@colina.sp.gov.br

Art. 3º - Os encargos que o Município de Colina vier a assumir com o referido Convênio correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Colina, 23 de outubro de 2.019.



DIAB TAÇA
Prefeito do Município de Colina

Registrada na Secretaria competente e publicada por
afixação no quadro de avisos desta Municipalidade.



RUBENS PEREIRA DA SILVA JUNIOR
Secretário Municipal de Governo



ADM.: 2017/2020
**Nossa cidade,
nossa família.**

Prefeitura Municipal de Colina

Rua Antonio Paulo de Miranda, 466 - Fones/PABX: (17) 3341-9444 - 3341-9442
Fax: (17) 3341-9443 - Cx. Postal 41 - CEP 14770-000 - Colina - Est. de São Paulo
Site: www.colina.sp.gov.br - E-mail: gabinete@colina.sp.gov.br

ANEXO I

TERMO DE CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS ENTRE O MUNICÍPIO DE COLINA E O INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE BEBEDOURO 'VICTORIO CARDASSI' (IMESB).

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE COLINA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.291.234/0001-73, com sede na Rua Antonio Paulo de Miranda, nº 466, Centro, na cidade de Colina/SP, representado pelo Prefeito Municipal DIAB TAHA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – RG nº 14.874.734 e inscrito no CPF/MF sob o nº 046.443.668-03, e **INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE BEBEDOURO 'VICTORIO CARDASSI'**, doravante denominado **IMESB**, entidade Autarquia Municipal, criada pela Lei nº 1.612/83, sediado na Rua Nelson Domingos Madeira, 300, Parque Eldorado, Bebedouro/SP, inscrita no CNPJ/MF nº 57.725.581/0001-72, neste ato representado por sua diretora Professora Mestre DAMARIS CUNHA DE GODOY, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG 25.711.722-2 e inscrita no CPF sob o número 175.436.778-06, celebram este Convênio a ser regido pelas cláusulas e condições especificadas abaixo:

Cláusula 1ª - Objetiva o presente convênio a concessão de bolsas de estudos de até 30% (trinta por cento) aos servidores públicos efetivos das Administrações Direta e Indireta do Município de Colina e seus parentes, em linha reta ascendente em primeiro grau (pais), na linha reta descendente até segundo grau (filhos e netos) e, ainda, em linha colateral até segundo grau (irmãos), nos termos da legislação vigente, para a realização de cursos de graduação em nível superior nos períodos diurno e noturno, junto ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro "Victorio Cardassi" – IMESBVC.

Parágrafo único – Para a obtenção do desconto previsto nesta Cláusula, os parentes dos servidores públicos municipais efetivos do Município de Colina deverão comprovar documentalmente os referidos graus de parentesco.

Cláusula 2ª – O número de bolsas a ser oferecido nos termos deste convênio é ilimitado, devendo ser respeitados apenas os limites de quantidade máxima de discentes por turma.

Cláusula 3ª – Os critérios para a concessão dos descontos serão analisados mediante requerimento do interessado dirigido ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Colina, devidamente instruído com os documentos exigidos para comprovação do parentesco.



ADM.: 2017/2020
**Nossa cidade,
nossa família.**

Prefeitura Municipal de Colina

Rua Antonio Paulo de Miranda, 466 - Fones/PABX: (17) 3341-9444 - 3341-9442
Fax: (17) 3341-9443 - Cx. Postal 41 - CEP 14770-000 - Colina - Est. de São Paulo
Site: www.colina.sp.gov.br - E-mail: gabinete@colina.sp.gov.br

Parágrafo único – O requerimento a que se refere esta Cláusula deverá ser apresentado durante o período de matrículas estabelecido pelo IMESBVC, no início de cada ano letivo, e devidamente mantido para as rematrículas, desde que o beneficiário mantenha o cumprimento das exigências legais.

Cláusula 4ª – O período de duração do desconto será limitado à duração do curso de formação em nível superior ao qual o servidor e/ou seu parente estiver vinculado e desde que não ultrapasse a duração prevista para o curso nos prazos limites estipulados pelo IMESBVC.

Parágrafo 1º - O beneficiário da bolsa objeto deste Convênio não poderá acumular este benefício com nenhum outro desconto ou benefício concedido pelo IMESBVC.

Parágrafo 2º - O desconto previsto neste Convênio não será concedido aos alunos que estiverem cursando dependência no IMESBVC.

Cláusula 5ª – Os critérios de concessão dos descontos e a relação dos beneficiários serão de acesso público permanente.

Cláusula 6ª – A bolsa objeto deste Convênio poderá ser cessada nas seguintes hipóteses:

I – o beneficiário apresentar, no mês, número de faltas não justificadas superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas, apurada a frequência em todos os componentes curriculares;

II – o beneficiário apresentar conduta incompatível com o disposto no Regimento Interno do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro "Vitorio Cardassi" – IMESBVC – ou deixar de atender a qualquer dispositivo nele previsto;

III – o beneficiário deixar de pagar a mensalidade na data do vencimento estabelecida pela Instituição, quando perderá o desconto do mês em que ocorrer a inadimplência, retornando a mensalidade ao valor original do curso, acrescida de juros e multa; caso a inadimplência perdure por até 60 (sessenta) dias consecutivos, perderá o desconto e este será cessado definitivamente;

IV – o beneficiário desistir do curso.

Parágrafo 1º - A comprovação de presença/faltas junto à Instituição de Ensino deverá ser apresentada pelo beneficiário junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Colina até 10 (dez) dias após a entrega dos diários de sala pelos professores do



ADM.: 2017/2020

**Nossa cidade,
nossa família.**

Prefeitura Municipal de Colina

Rua Antonio Paulo de Miranda, 466 - Fones/PABX: (17) 3341-9444 - 3341-9442
Fax: (17) 3341-9443 - Cx. Postal 41 - CEP 14770-000 - Colina - Est. de São Paulo
Site: www.colina.sp.gov.br - E-mail: gabinete@colina.sp.gov.br

IMESBVC, mediante a apresentação de relatórios emitidos pela Secretaria do IMESBVC, sob pena de, se assim não o fizer no prazo aqui estipulado, ter o benefício suspenso.

Parágrafo 2º - O atraso injustificado por parte do beneficiário na apresentação dos relatórios de que trata o parágrafo anterior, por 2 (dois) meses consecutivos e por culpa exclusiva deste, acarretará a perda do desconto a ele concedido.

Parágrafo 3º - O beneficiário que desistir do curso perderá o direito de requerer novamente o desconto objeto deste Convênio.

Parágrafo 4º - A bolsa objeto deste Convênio somente será concedida aos beneficiários para cursarem um único curso de graduação no IMESBVC.

Cláusula 7ª – O prazo de vigência do presente termo de Convênio é por tempo indeterminado, a contar da data de sua assinatura, podendo ser denunciado por interesse consensual ou unilateral, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 90 dias.

Assim, por estarem mutuamente concordes com as cláusulas e condições insertas no presente documento, as partes o assinam em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias.

Bebedouro(SP) XX de XXXXXXXX de XXXX.

Profª. Ms. Damáris cunha de Godoy

Diretora IMESB – VC

Diab Taha

Prefeito do Município de Colina

Testemunhas instrumentárias:

1 –

2 –



DIÁRIO OFICIAL

Município de Monte Azul Paulista
Edição 466 Monte Azul Paulista, 21 De Novembro de 2.019.

LEI N º 2.207, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2.019.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS DE ATÉ 30% (TRINTA POR CENTO) PARA AOS SERVIDORES E AOS PARENTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA, EM LINHA RETA ASCENDENTE EM PRIMEIRO GRAU (PAIS), NA LINHA RETA DESCENDENTE ATÉ SEGUNDO GRAU (FILHOS E NETOS), E AINDA EM LINHA COLATERAL ATÉ SEGUNDO GRAU (IRMÃOS), QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS.

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Monte Azul Paulista aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica o Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vitorio Cardassi - IMESBVC - autorizado a conceder bolsa de estudos de até 30% (trinta por cento) aos servidores e aos parentes dos servidores públicos municipais efetivos da administração pública direta e indireta, em linha reta ascendente em primeiro grau (pais), na linha reta descendente até segundo grau (filhos e netos), e ainda em linha colateral até segundo grau (irmãos), nos termos da legislação vigente, para realização de cursos de graduação em nível superior no período diurno e noturno, junto ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vitorio Cardassi - IMESBVC.

ARTIGO 2º - Poderão obter o desconto previsto na presente lei os parentes mencionados no artigo anterior, desde que comprovem documentalmente os graus de parentesco exigidos na presente lei.

ARTIGO 3º - Os critérios para concessão dos descontos serão analisados mediante requerimento dirigido ao Departamento Municipal de Recursos Humanos da Prefeitura de Monte Azul Paulista, devidamente instruído com os documentos exigidos para comprovação do parentesco, requerimento cujo prazo deverá ser feito durante o período de matrículas, estabelecido pelo IMESBVC, no início de cada ano letivo, e devidamente mantido para as rematrículas, desde que o beneficiário mantenha o cumprimento das exigências nesta lei.

ARTIGO 4º - O período de duração do desconto será limitado à duração do curso de formação em nível superior ao qual o parente do servidor estiver vinculado, e desde que não ultrapasse a duração prevista para o curso nos prazos-limites estipulados pela instituição de ensino.

§ 1º O beneficiário não poderá acumular o benefício concedido pela presente lei com nenhum outro desconto ou benefício concedido pela Instituição concedente.

§ 2º O desconto previsto na presente lei não será concedido aos alunos que estiverem cursando dependência no IMESBVC.



DIÁRIO OFICIAL

Município de Monte Azul Paulista
Edição 466 Monte Azul Paulista, 21 De Novembro de 2.019.

ARTIGO 5º - Serão de acesso público permanente os critérios de concessão dos descontos, bem como a relação dos beneficiários.

ARTIGO 6º O desconto desta lei poderá ser cessado quando:

I - o beneficiário apresentar no mês número de faltas não justificadas superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas, apurada a frequência em todos os componentes curriculares;

II - o beneficiário apresentar conduta incompatível com o disposto no Regimento Interno do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vitorio Cardassi - IMESBVC - ou deixar de atender a qualquer dispositivo nele previsto;

III - o beneficiário deixar de pagar a mensalidade na data do vencimento estabelecida pela Instituição, quando perderá o desconto do mês em que ocorrer a inadimplência, retornando a mensalidade ao valor original do curso, acrescida de juros e multa; caso essa inadimplência perdure por até 60 (sessenta) dias consecutivos, perderá o desconto e este será cessado definitivamente.

IV - o beneficiário desistir do curso.

§ 1º A comprovação de presença/faltas junto à instituição de ensino deverá ser efetuada pelo beneficiário junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista até 10 (dez) dias após a entrega dos diários de sala pelos professores do instituto, mediante a apresentação de relatórios emitidos pela Secretaria Acadêmica da instituição de ensino, sob pena de, se assim não o fizer no prazo aqui estipulado, ter o benefício suspenso.

§ 2º O atraso injustificado por parte do beneficiário na apresentação dos relatórios de que trata o parágrafo anterior, por 2 (dois) meses consecutivos, acarretará a perda do desconto a ele concedido.

§ 3º O beneficiário que desistir do curso, perderá o direito de requerer novamente o desconto previsto na presente lei.

§ 4º O desconto previsto na presente lei somente será concedido aos beneficiários para cursarem um único curso de graduação no IMESBVC.

ARTIGO 7º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

ARTIGO 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Azul Paulista, 19 de novembro de 2019.

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS

Prefeito do Município



DIÁRIO OFICIAL

Município de Monte Azul Paulista
Edição 466 Monte Azul Paulista, 21 De Novembro de 2.019.

Registrada e Publicada no expediente da Secretaria da Prefeitura do Município de Monte Azul Paulista/SP, em 19 de novembro de 2019.

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS

Prefeito do Município



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 – Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto- Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br

e-mail : pmvaa@vistaalegrealto.sp.gov.br



LEI Nº 2360, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre alterações na Lei 2350, de 30 de outubro de 2019, que “autoriza a concessão de bolsa de estudos de até 30% (trinta por cento) para os parentes dos servidores públicos municipais efetivos da administração pública direta e indireta, em linha reta ascendente em primeiro grau (pais), na linha reta descendente até segundo grau (filhos e netos), e ainda linha colateral até segundo grau (irmãos), que especifica e dá providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE DO ALTO, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte...

LEI :

Art. 1º A ementa da Lei 2350, de 30 de outubro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Autoriza a concessão de bolsa de estudos de até 30% (trinta por cento) para os servidores públicos municipais efetivos da administração pública direta e indireta e para seus parentes, em linha reta ascendente em primeiro grau (pais), na linha reta descendente até segundo grau (filhos e netos), e ainda linha colateral até segundo grau (irmãos), que especifica e dá providências.”.

Art. 2º O artigo 1º da Lei 2350, de 30 de outubro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** Fica o Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi –IMESBVC – autorizado a conceder bolsa de estudos de até 30% (trinta por cento) aos servidores públicos municipais efetivos da administração pública direta e indireta e para seus parentes em linha reta ascendente em primeiro grau (pais), na linha reta descendente de até segundo grau (filhos e netos), e ainda linha colateral até segundo grau (irmãos), nos termos da legislação vigente, para realização de cursos de graduação em nível superior no período diurno e noturno, junto ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi – IMESBVC.”.

Art. 3º O artigo 2º da Lei 2350, de 30 de outubro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** Poderão obter o desconto previsto na presente lei os parentes mencionados no artigo anterior, desde que comprovem documentalmente o grau de parentesco com o servidor exigido na presente lei.”



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 – Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto- Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br

e-mail : pmvaa@vistaalegrealto.sp.gov.br



“Art. 3º Os critérios para concessão dos descontos aos parentes dos servidores serão analisados mediante requerimento dirigido ao Departamento Municipal de Recursos Humanos da Prefeitura de Vista Alegre do Alto, devidamente instruído com os documentos exigidos para comprovação do parentesco, requerimento cujo prazo deverá ser feito durante o período de matrículas, estabelecido pelo IMESBVC, no início de cada ano letivo, e devidamente mantido para as rematrículas, desde que o beneficiário mantenha o cumprimento das exigências nesta lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Vista Alegre do Alto, 10 de dezembro de 2019.



LUIS ANTONIO FIORANI
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 2947, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020.

“Autoriza a concessão de bolsa de estudos de até 30% (trinta por cento) para os parentes dos servidores públicos municipais efetivos da administração pública direta e indireta, em linha reta ascendente em primeiro grau (pais), na linha reta descendente até segundo grau (filhos e netos), e ainda em linha colateral até segundo grau (irmãos), que especifica e dá providências.”

JOSÉ EDUARDO COSCRATO LELIS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER:
O POVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, POR SEUS REPRESENTANTES, RESOLVEU E EU EM SEU NOME SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica o INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE BEBEDOURO VICTÓRIO CARDASSI – IMESBVC., autorizado, sem ônus a municipalidade, a conceder descontos/bolsa de estudos de até 30% (trinta por cento) aos parentes dos servidores públicos municipais efetivos da administração pública direta e indireta, em linha reta ascendente em primeiro grau (pais), na linha reta descendente até segundo grau (filhos e netos), e ainda em linha colateral até segundo grau (irmãos), nos termos da legislação vigente, para realização de cursos de graduação em nível superior no período diurno e noturno, junto ao INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE BEBEDOURO VICTÓRIO CARDASSI – IMESBVC.

Art. 2º. Poderão obter o desconto previsto nesta lei os parentes mencionados no artigo anterior, desde que comprovem documentalmente os graus de parentesco exigidos na presente lei.

Art. 3º. Os critérios para concessão dos descontos serão analisados mediante requerimento dirigido a Diretoria Municipal de Educação do Município de Guaiara-SP, devidamente instruído com os documentos exigidos para comprovação do parentesco, requerimento cujo prazo deverá ser feito durante o período de matrículas, estabelecido pelo IMESBVC, no início de cada ano letivo, e devidamente mantido para as rematrículas, desde que o beneficiário mantenha o cumprimento das exigências nesta lei.

GUAÍRA/SP – MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO GABINETE DO PREFEITO



CNPJ: 48.344.014.0001/59 - Fone: (17) 3332-5100

Paço Municipal "Messias Cândido Faleiros"

secretaria@guaira.sp.org.br

www.guaira.sp.gov.br



Art. 4º. O período de duração do desconto será limitado à duração do curso de formação em nível superior ao qual o parente do servidor estiver vinculado, e desde que não ultrapasse a duração prevista para o curso nos prazos-limites estipulados pela instituição de ensino.

§ 1º. O beneficiário não poderá acumular benefícios concedido pela presente lei com nenhum outro desconto ou benefício concedido pela Instituição concedente.

§ 2º. O desconto previsto nesta lei não será concedido aos alunos que estiverem cursando dependência no IMESBVC.

Art. 5º. Serão de acesso público permanente os critérios de concessão dos descontos, bem como a relação dos beneficiários.

Art. 6º. O desconto desta lei poderá ser cessado quando:

- I.** O beneficiário apresentar no mês número de faltas não justificadas superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas, apurada a frequência em todos os componentes curriculares;
- II.** O beneficiário apresentar conduta incompatível com o disposto no Regimento INTERNO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE BEBEDOURO VICTÓRIO CARDASSI – IMESBVC., ou deixar de atender a qualquer dispositivo nele previsto;
- III.** O beneficiário deixar de pagar as mensalidades na data do vencimento estabelecida pela Instituição, quando perderá o desconto do mês em que ocorrer a inadimplência, retornando a mensalidade ao valor original do curso, acrescida de juros e multa e, caso a inadimplência perdure por até 60 (sessenta) dias consecutivos, perderá o desconto, que será cessado definitivamente.
- IV.** O beneficiário desistir do curso.

§ 1º. A comprovação de presença/faltas junto à instituição de ensino deverá ser efetuada pelo beneficiário junto ao Diretoria Municipal de Educação do Município de Guaíra-SP da Prefeitura Municipal de Guaíra até 10 (dez) dias após a entrega dos diários de sala pelos professores do instituto, mediante a apresentação de relatórios emitidos pela Secretaria Acadêmica da instituição de ensino, sob pena de, se assim não o fizer no prazo aqui

GUAÍRA/SP – MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 48.344.014.0001/59 - Fone: (17) 3332-5100
Paço Municipal "Messias Cândido Faleiros"
secretaria@guaira.sp.org.br
www.guaira.sp.gov.br



estipulado, ter o benefício suspenso.

§ 2º. O atraso injustificado por parte do beneficiário na apresentação dos relatórios de que trata o parágrafo anterior, por 2 (dois) meses consecutivos, acarretará a perda do desconto a ele concedido.

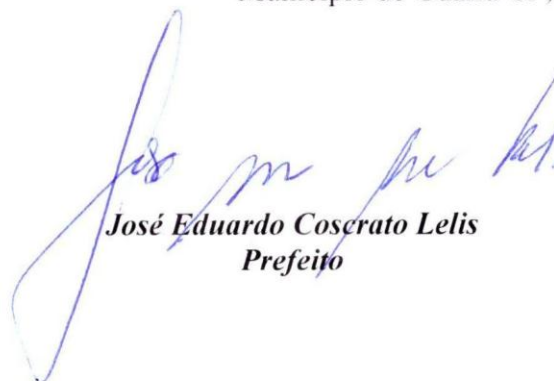
§ 3º. O beneficiário que desistir do curso, perderá o direito de requerer novamente o desconto previsto nesta lei.

§ 4º. O desconto previsto nesta lei somente será concedido aos beneficiários para cursarem um único curso de graduação no IMESBVC.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 8º. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Guairá-SP, 19 de fevereiro de 2020.



José Eduardo Coscrato Lelis
Prefeito

TEXTO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO	
EM	<u>20 / 02 / 2020</u>
ASS.	<u>Sandra Sostena Romano Ragozoni</u>

Sandra Sostena Romano Ragozoni
Chefe do Departamento de
Atos Normativos
RG: 19.344.763-0



MUNICÍPIO DE TAQUARAL
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ/MF 01.610.390/0001-84



Lei nº756, de 08 de novembro de 2019.

"Autoriza a concessão de bolsa de estudos de até 30% (trinta por cento) para os parentes dos servidores públicos municipais efetivos da administração pública direta e indireta, em linha reta ascendente em primeiro grau (pais), na linha reta descendente até segundo grau (filhos e netos), e ainda linha colateral até segundo grau (irmãos), que especifica e dá providências".

LAERCIO VICENTE SCARAMAL, Prefeito do Município de Taquaral, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi – IMESBVC – autorizado a conceder bolsa de estudos de até 30% (trinta por cento) aos parentes dos servidores públicos municipais efetivos da administração pública direta e indireta, em linha reta ascendente em primeiro grau (pais), na linha reta descendente de até segundo grau (filhos e netos), e ainda linha colateral até segundo grau (irmãos), nos termos da legislação vigente, para realização de cursos de graduação em nível superior no período diurno e noturno, junto ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi – IMESBVC.

Art. 2º - Poderão obter o desconto previsto na presente lei os parentes mencionados no artigo anterior, desde que comprovem documentalmente os graus de parentesco exigidos na presente lei.

Art. 3º - Os critérios para concessão dos descontos serão analisados mediante requerimento dirigido ao Departamento Municipal de Recursos Humanos da Prefeitura de Taquaral, devidamente instruído com os documentos exigidos para comprovação do parentesco, requerimento cujo prazo deverá ser feito durante o período de matrículas, estabelecido pelo IMESBVC, no início de cada ano letivo, e devidamente mantido para as rematrículas, desde que o beneficiário mantenha o cumprimento das exigências nesta lei.

Art. 4º - O período de duração do desconto será limitado à duração do curso de formação em nível superior ao qual o presente servidor estiver vinculado, e desde que não ultrapasse a duração prevista para o curso nos prazos-limites estipulados pela instituição de ensino.



MUNICÍPIO DE TAQUARAL
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ/MF 01.610.390/0001-84



§ 1º - O beneficiário não poderá acumular o benefício concedido pela presente lei com nenhum outro desconto ou benefício concedido pela Instituição concedente.

§ 2º - O desconto previsto na presente lei não será concedido aos alunos que estiverem cursando dependência no IMESBVC.

Art. 5º - Serão de acesso público permanente os critérios de concessão de descontos, bem como a relação dos beneficiários.

Art. 6º - O desconto desta lei poderá ser cessado quando:

I - o beneficiário apresentar no mês número de faltas não justificadas superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas, apurada a frequência em todos os componentes curriculares;

II - o beneficiário apresentar conduta incompatível com o disposto no Regimento Interno do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi - IMESBVC ou deixar de atender a qualquer dispositivo nele previsto;

III - o beneficiário deixar de pagar a mensalidade na data do vencimento estabelecida pela Instituição, quando perderá o desconto do mês em que ocorrer a inadimplência, retornando a mensalidade ao valor original do curso, acrescida de juros e multa; caso essa inadimplência perdure por até 60 (sessenta) dias consecutivos, perderá o desconto e este será cessado definitivamente.

IV - o beneficiário desistir do curso.

§ 1º - A comprovação de presença/faltas junto à instituição de ensino deverá ser efetuada pelo beneficiário junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Taquaral até 10 (dez) dias após a entrega dos diários de sala pelos professores do Instituto, mediante a apresentação de relatórios emitidos pela Secretaria Acadêmica da instituição de ensino, sob pena de, se assim não o fizer no prazo aqui estipulado, ter o benefício suspenso.

§ 2º - O atraso injustificado por parte do beneficiário na apresentação dos relatórios de que trata o parágrafo anterior, por 2 (dois) meses consecutivos, acarretará a perda do desconto a ele concedido.

§ 3º - O beneficiário que desistir do curso, perderá o direito de requerer novamente o desconto previsto na presente lei.

§ 4º - O desconto previsto na presente lei somente será concedido aos beneficiários para cursarem um único curso de graduação no IMESBVC.

Art 7º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.



MUNICÍPIO DE TAQUARAL
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ/MF 01.610.390/0001-84



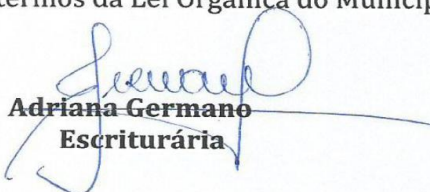
Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpre-se
Paço Municipal, "João Batista Vilela"
Taquaral/SP, 08 de novembro de 2019.



Laercio Vicente Scaramal
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado por afixação, no local de costume, na sede da Prefeitura, na mesma data, nos termos da Lei Orgânica do Município.



Adriana Germano
Escriturária



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE TAQUARAL/SP**
Estado de São Paulo
CNPJ 01.610.390/0001-84

LEI Nº 797, DE 10 DE JUNHO DE 2021

“ALTERA A LEI Nº 756, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019”.

PAULO SÉRGIO CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Taquaral, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - O Art. 1º, da Lei nº 756, de 08 de novembro de 2019 passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 1º - (...)”

§ 1º A bolsa de estudos prevista no *caput* do art. 1º desta lei se estende também aos cônjuges dos servidores públicos municipais da administração direta e indireta ocupantes de cargo efetivo ou comissionado.

§ 2º A concessão da bolsa de estudos prevista no *caput* do art. 1º desta lei é aplicável aos parentes de servidores públicos municipais vinculados ao poder executivo, legislativo e também aos parentes dos vereadores municipais enquanto durar o mandato eletivo.”

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, mantidas as disposições da Lei nº 756, de 08 de novembro de 2019.

Taquaral, 10 de junho de 2021.


PAULO SÉRGIO CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal


Registrada em livro próprio e publicado no D.O.M. e também por afixação, no local de costume, no quadro de avisos e editais da sede administrativa da Prefeitura Municipal, na mesma data, nos termos do da Lei Orgânica do Município.

A



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE TAQUARAL/SP**

Estado de São Paulo
CNPJ 01.610.390/0001-84


Adriana Germano
Escriturária





Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

LEI N. 5403 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Cria o programa de extensão universitária Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI-IMESBVC-, que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Bebedouro**, usando de suas atribuições legais,
Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI-IMESBVC -, programa de extensão universitária sem fins lucrativos, de caráter social, cultural e educacional, destinado a atender ao segmento social da terceira idade da comunidade de Bebedouro e região, possibilitando um amadurecimento intelectual e uma melhor qualidade de vida às pessoas beneficiadas, como forma de oportunizar a efetivação de direitos garantidos na Política Nacional do Idoso, a ser implantado pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vitorio Cardassi - IMESBVC.

Art. 2º São objetivos da UNATI-IMESBVC:

- I - possibilitar a inserção da pessoa idosa no meio acadêmico;
- II - trazer à comunidade acadêmica jovem a oportunidade de intercambiar experiências;
- III - fazer com que o IMESBVC esteja mais próximo das questões relacionadas à comunidade da terceira idade de Bebedouro e região, exercitando assim o tripé ensino, extensão e pesquisa;
- IV - ampliar o papel do IMESBVC, tornando-o elo entre o idoso e instituições e serviços a ele voltados;
- V - criar condições de conscientização da pessoa idosa sobre a importância de seu papel na sociedade;
- VI - possibilitar ao idoso adquirir ou aprofundar conhecimentos em alguma área de seu interesse relacionados às disciplinas e/ou atividades oferecidas pelo IMESBVC e ao mesmo tempo trocar informações e experiências;
- VII - proporcionar condições de aprendizagem ligadas ao oferecimento de cursos e atividades de cunho social, educacional e cultural;
- VIII - oportunizar condições de conhecimento acerca das temáticas relacionadas à terceira idade aos profissionais e comunidade.

Art. 3º O IMESBVC disponibilizará aos interessados da comunidade da terceira idade oportunidade de inscrição nas disciplinas oferecidas pela instituição, como ouvintes, sem custo para o beneficiado.

Art. 4º O aluno matricular-se-á em data específica, afixadas pela Secretaria do IMESBVC, destinada à seleção de alunos para a UNATI.

"Deus Seja Louvado"



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Art. 5º É necessário para o ingresso nas disciplinas regulares:

I - ter idade igual ou superior a 60 anos;

II - atender a alguma eventual condição específica da disciplina, de acordo com definição do IMESBVC estabelecida em edital.

Art. 6º As atividades serão divididas em três grupos:

I - participação em disciplinas regulares dos cursos existentes, tendo o aluno direito, a cada término desta, de receber um certificado de conclusão da disciplina integrante do programa de extensão universitária, tendo cumprido no mínimo 70% de frequência na disciplina em que se matriculou, não sendo obrigatório realizar avaliações;

II - atividades complementares didático-culturais, como palestras, visitas, trabalhos em grupos, sessões de vídeo, oficinas, música;

III - cursos e atividades livres a serem disciplinadas pelo IMESBVC.

§ 1º Cada disciplina disponibilizada aos idosos poderá ter até cinco alunos da UNATI, dependendo do tamanho da turma e outras condições definidas pelo IMESBVC através de edital próprio.

§ 2º A participação nas disciplinas e atividades extracurriculares é gratuita, salvo quando envolver investimentos externos ao IMESBVC, os quais serão tratados previamente com os interessados.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei n. 3.990, de 16 de setembro de 2009.

Prefeitura Municipal de Bebedouro. 16 de dezembro de 2019

Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 16 de dezembro de 2019

Ivanira A de Souza
Secretária

LEI N. 5046 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o Programa de Ingresso no Ensino Superior de Bebedouro - PROESB, que versa sobre a concessão de bolsas de estudos a concluintes do ensino médio, das escolas técnicas da rede pública e das instituições de ensino médio e técnico declaradas de utilidade pública, criado pela Lei n. 4.214, de 28 de setembro de 2010, alterada pelas Leis n. 4.348, de 06 de julho de 2011, e n. 4.688, de 28 de agosto de 2013, que especifica.

O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais,
Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi - IMESBVC - autorizado a conceder 100 (cem) bolsas de estudo aos concluintes do ensino médio, das escolas técnicas da rede pública e das instituições de ensino médio e técnico declaradas de utilidade pública, para realização de cursos de graduação em nível superior, nos períodos em que os cursos estiverem sendo oferecidos.

§ 1º Poderá participar do processo de seleção o candidato que tenha concluído o ensino médio e/ou técnico no prazo máximo de 05 (cinco) anos.

§ 2º Ficam também autorizados a participar do processo de seleção para o Programa de Ingresso no Ensino Superior de Bebedouro - PROESB - os participantes de programas ou projetos esportivos promovidos pelos órgãos públicos e de programas e projetos em geral desenvolvidos por organizações não governamentais, desde que sejam atendidas as condições estabelecidas no caput deste artigo.

Art. 2º A seleção dos beneficiários das bolsas de estudo será de responsabilidade do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi - IMESBVC -, de acordo com os seguintes critérios:

I - os concluintes deverão submeter-se à prova de seleção que será realizada nas dependências das unidades de ensino a que estiverem vinculados;

II - a prova será realizada no mesmo dia e hora em todas as instituições de ensino médio, escolas técnicas e instituições declaradas de utilidade pública;

III - a prova será elaborada pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro - IMESBVC.

IV - a classificação dos alunos será feita pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro - IMESBVC - e terá como critério a pontuação obtida pelos concluintes;

V - será considerado aprovado o concluído que obtiver, no mínimo, sete pontos.

Art. 3º A Bolsa de estudo será concedida na seguinte escala:

- I - de 100% para o primeiro colocado no vestibular - 1 bolsa;
- II - de 70% para o segundo colocado no vestibular - 1 bolsa;
- III - de 50% para o terceiro colocado no vestibular - 1 bolsa;
- IV - de 35% do 4º ao 17º colocados - 14 bolsas;
- V - de 30% do 18º ao 33º colocados - 16 bolsas;
- VI - de 25% do 34º ao 49º colocados - 16 bolsas;
- VII - de 20% do 50º ao 70º colocados - 21 bolsas;
- VIII - de 15% de 71º ao 100º colocados - 30 bolsas.

Art. 4º Em caso de empate na pontuação, ficam estipulados os seguintes critérios de desempate:

I - o desempenho escolar no ensino médio e/ou técnico;

II - não possuir curso de graduação em nível superior, no caso de estar o candidato vinculado à escola técnica;

III - possuir renda familiar, segundo os parâmetros estabelecidos pela Comissão de Avaliação de que trata a Lei Municipal n. 3.849/08.

Parágrafo único. No caso de persistir o empate no momento da seleção, fica estabelecido como critério de desempate a concessão da bolsa em favor do candidato de menor renda familiar.

Art. 5º Em contrapartida ao recebimento das bolsas de que trata esta lei, os beneficiados deverão participar de 03 (três) atividades propostas pelo Instituto Municipal de Ensino Superior Vitorio Cardassi - IMESBVC - que enriqueçam sua formação acadêmica e pessoal, sob pena de exclusão do bolsista do referido programa de bolsa.

Art. 6º O período de duração da bolsa será limitado à duração do curso de formação em nível superior ao qual o candidato estiver vinculado, e desde que não ultrapasse a duração prevista para o curso, nos prazos limites estipulados pela instituição de ensino.

Art. 7º Serão de acesso público permanente os critérios de seleção, bem como a relação dos beneficiários.

Art. 8º A bolsa concedida cessará quando:

I - o bolsista apresentar no mês número de faltas não justificadas superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas, apurada a frequência em todos os componentes curriculares;

II - o bolsista apresentar conduta incompatível com o disposto no Regimento Interno do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vitorio Cardassi – IMESBVC, ou deixar de atender a qualquer dispositivo nele previsto;

III - o bolsista for reprovado em uma disciplina no ano letivo do benefício;

IV - o bolsista desistir do curso;

V - o bolsista que deixar de pagar a mensalidade na data do vencimento estabelecida pela Instituição, perderá o benefício do mês em que ocorrer a inadimplência, retornando a mensalidade ao valor original do curso, acrescida de juros e multa. Caso essa inadimplência perdure por até 60 (sessenta) dias consecutivos, perderá o benefício e será excluído definitivamente do programa.

VI - o bolsista praticar atos ou divulgar manifestações ou comentários, inclusive em redes sociais, que impliquem em danos à imagem da Instituição;

VII - o bolsista injustificadamente deixar de participar de atividades extracurriculares propostas pela Instituição.

Parágrafo único. O bolsista que desistir do benefício, perderá o direito a candidatar-se novamente.

Art. 9º A concessão da bolsa a que se refere este projeto anula o direito ao benefício do desconto de 10% (dez por cento) pela pontualidade no pagamento das mensalidades.

Art. 10. O beneficiário deste sistema de bolsa poderá pleitear outros sistemas de bolsas estabelecidos pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vitorio Cardassi - IMESBVC -, mas deverá optar por receber os benefícios de apenas um sistema.

Art. 11. Fica o Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vitorio Cardassi - IMESBVC - autorizado a estender o benefício de que trata esta lei aos concluintes do ensino médio, das escolas técnicas da rede pública e das instituições de ensino médio e técnico declaradas de utilidade pública de outros municípios, bem como aos participantes de programas ou projetos esportivos promovidos pelos órgãos públicos e de programas e projetos em geral desenvolvidos por organizações não governamentais de outros municípios, desde que sejam atendidas as condições estabelecidas no art. 1º desta lei.

Art. 12. Os beneficiários deverão efetuar suas matrículas na data estabelecida pelo edital do processo seletivo do PROESB.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 14. Esta lei será regulamentada em até 90 (noventa) dias, após a sua publicação e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis **n.º 4.214**, de 28 de setembro de 2010, **n.º 4.348**, de 06 de julho de 2011, e **n.º 4.688**, de 28 de agosto de 2013.

Prefeitura Municipal de Bebedouro 10 de novembro de 2015.

Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 10 de novembro de 2015.

Ivanira A de Souza
Secretaria



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

LEI N. 5491 DE 26 DE OUTUBRO DE 2021

Altera dispositivos da Lei Municipal n. 5.046, de 10 de novembro de 2015, regulamentada pelo Decreto n. 11.812, de 11 de novembro de 2015, que especifica.

O **Prefeito Municipal de Bebedouro**, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal n. 5.046, de 10 de novembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Vitorio Cardassi - IMESBVC - autorizado a conceder 100 (cem) bolsas de estudo aos concluintes do ensino médio, das escolas técnicas da rede pública e das instituições de ensino médio e técnico declaradas de utilidade pública, e aos egressos de qualquer instituição de ensino superior pública ou privada, para realização de cursos de graduação em nível superior, nos períodos em que os cursos estiverem sendo oferecidos.

Art. 2º O art. 2º da Lei Municipal n. 5.046, de 10 de novembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

I - os candidatos deverão submeter-se à prova de seleção que será realizada nas dependências do IMESB, no dia e hora previamente designados;

II - (revogado)

III -

IV -

V - será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, sete pontos.

Art. 3º O inciso III do art. 8º da Lei Municipal n. 5.046, de 10 de novembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

III - o bolsista for reprovado em três disciplinas no ano letivo do benefício;

Art. 4º Os demais artigos da Lei Municipal n. 5.046, de 10 de novembro de 2015, regulamentada pelo Decreto n. 11.812, de 11 de novembro de 2015, permanecerão inalterados.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

"Deus Seja Louvado"



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 26 de outubro de 2021

Lucas Gibin Seren
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 26 de outubro de 2021

Ivanira A de Souza
Secretaria

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software Bfy Signer ou o verificador de sua preferência.

ANEXO VI

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito

Regulamento Disposições Preliminares

ARTIGO 1º - Este Regulamento rege o Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito do IMESB e abrange os Estágios de Observação e Simulado e o Escritório de Assistência Judiciária.

ARTIGO 2º - O Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito do IMESB constitui órgão:

I - De atividade curricular para complementação pedagógica da formação educativa do discente do 7º, 8º, 9º e 10º períodos do Curso de Direito, onde se buscará a articulação entre o ensino, a prática, a pesquisa e a extensão;

II - De atividade de prestação de serviços jurídicos em benefício da comunidade de Bebedouro, através do Escritório de Assistência Jurídica, os estágios de observação e o simulado.

III - com exigência mínima de 300 (trezentos e dez) horas de atividades exclusivamente jurídicas, sendo 90 (noventa) horas para o escritório de Assistência Judiciária, 60 (sessenta) horas para o estágio de observação e 150 (cento e sessenta) horas para o estágio de simulação.

CAPÍTULO I

DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

ARTIGO 3º - O Núcleo de Práticas Jurídicas é vinculado ao Curso de Direito do IMESB, que regulamentará as atividades dirigidas aos discentes para capacitá-los ao exercício das atividades forenses, sejam elas atividades de observação ou simuladas e ao exercício da assistência jurídica gratuita às pessoas hipossuficientes, nos termos da Lei nº 1.060/50 e art. 98 do CPC/2015.

ARTIGO 4º - O Núcleo de Práticas Jurídicas é composto pelo seu coordenador, pelos professores orientadores de estágio e pelos discentes do 7º, 8º, 9º e 10º períodos do Curso de Direito do IMESB.

Parágrafo Primeiro - Constitui órgão de apoio ao Núcleo de Práticas Jurídicas, a Secretaria do Núcleo.

Parágrafo Segundo - Poderão atuar também no Escritório de Assistência Judiciária, nas funções que lhes sejam inerentes, os alunos do curso de Serviço Social do IMESB que estiverem aptos para o estágio, promovendo assim uma interdisciplinaridade entre os cursos de Direito e Serviço Social da referida instituição de ensino.

ARTIGO 5º - Constituem finalidade do Núcleo de Práticas Jurídicas, as seguintes:

I – Complementar a formação jurídica do discente pela iniciação profissional real ou nas modalidades de observação ou simulada, promovendo a integração entre o ensino, a prática, a pesquisa e a extensão;

II – Prestar serviços jurídicos aos hipossuficientes, através do Escritório de Assistência Judiciária.

Parágrafo único: Hipossuficiente é aquele que não tem condições financeiras para pagamento de custas processuais e de honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, nos termos da Lei n. 1.060/50 e art. 98 do CPC/2015.

ARTIGO 6º - O Núcleo de Práticas Jurídicas terá sua sede nas dependências do Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro, sito à Rua Nelson Domingos Madeira, nº 300, Parque Eldorado, Bebedouro/SP.

ARTIGO 7º - O Núcleo de Práticas Jurídicas atenderá aos alunos do 7º, 8º, 9º e 10º períodos do Curso de Direito do IMESB, para consolidação das suas atividades na vida profissional, operacionalizadas como atividades programadas em coordenação com a Prática Jurídica do Direito, da seguinte forma:

I – Atividades práticas a serem desenvolvidas em consonância com o Projeto Político Pedagógico do curso como visitas e comparecimento a Cartórios do Foro Judicial, Instituto Médico Legal, Vara Especializada do Trabalho, Juizados Especiais Cível e Criminal, Vara das Execuções Criminais, Delegacias de Polícia Federal e Estadual, Penitenciárias, Cadeia, presença em Audiências Judiciais, Secretarias de Juízo e Tribunais, compreendendo essas atividades, o estágio de observação, devidamente supervisionado pelos professores-orientadores de estágio;

II – Atividades simuladas, realizadas pelos discentes, devidamente supervisionadas por professores orientadores de estágio, como a participação em júris e audiências simuladas, relatório de autos findos e elaboração de peças processuais provenientes de casos simulados;

III – Atendimento jurídico aos hipossuficientes, no Escritório de Assistência Judiciária.

CAPÍTULO II

DO COORDENADOR DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

ARTIGO 8º - O coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas será escolhido pelos seus pares por meio de eleição para preenchimento do referido cargo.

ARTIGO 9º - Compete ao Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica:

I - Elaborar os horários para atendimento dos estagiários que atuarem no Escritório de Assistência Jurídica;

II – Cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento;

III – orientar e supervisionar todas as atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas;

IV – Distribuir as funções não expressamente previstas;

V – Exercer, pessoalmente, as atribuições próprias do cargo;

VI – Supervisionar as atividades da Secretaria do Núcleo de Prática;

VII – Solicitar professores-orientadores quando necessário ao Coordenador do Curso de Direito, e atender a demais necessidades do Núcleo de Práticas Jurídicas;

VIII – Organizar, Supervisionar, Acompanhar e Convalidar as atividades da Pasta de Estágio;

IX – Elaborar e divulgar anualmente o Calendário das Atividades de Pasta de Estágio;

X – Organizar os arquivos e controlar os registros de cada aluno com relação à Pasta de Estágio;

XII – Encaminhar à Secretaria do IMESB - VC a totalização das horas das Atividades de Estágio Profissional de cada aluno, contabilizando as horas da Pasta de Estágio, para fins de registro acadêmico, ao final de cada ano letivo;

XIII – Receber e avaliar o requerimento dos acadêmicos que optarem pela Pasta de Estágio, deferindo aqueles que cumprirem os requisitos exigidos neste regulamento.

CAPÍTULO III DOS PROFESSORES ORIENTADORES

ARTIGO 10º - Competem aos professores orientadores do Núcleo de Práticas Jurídicas as seguintes atividades:

I - Acompanhar e orientar os atendimentos feitos pelos estagiários aos assistidos no Escritório de Assistência Jurídica;

II – Orientar e corrigir a elaboração de peças processuais práticas, assinando-as em conjunto com os estagiários, quando dirigidas aos órgãos competentes;

III - Orientar e supervisionar as atividades do estágio simulado e de observação;

IV - Avaliar o desempenho dos alunos estagiários nas atividades simuladas e de observação e nos atendimentos realizados no Escritório de Assistência Jurídica;

V - Acompanhar os alunos em visitas técnicas do estágio de observação, quando necessário;

VI - Desempenhar outras atividades decorrentes de sua função;

VII - Prestar os devidos esclarecimentos dos atos praticados em audiência, bem como toda e qualquer orientação necessária ao bom desenvolvimento profissional do estagiário;

VIII - O coordenador determinará ao professor orientador sua área de atuação de acordo com a especialidade indicada;

IX - Ao professor-orientador do Núcleo de Práticas Jurídicas é vedado o recebimento de qualquer valor a título de honorários profissionais dos assistidos, sendo considerada infração de falta grave.

X - Os honorários advocatícios de sucumbência nos termos do Estatuto do Advogado serão revertidos em benefício do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito do IMESB - VC.

CAPÍTULO IV DA SECRETARIA DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

ARTIGO 11º - Compete à Secretaria do Núcleo de Práticas Jurídicas:

I - Manter arquivos de toda a correspondência recebida e expedida, bem como toda a documentação e legislação referentes ao estágio de visita orientada e as práticas simulada e real;

II – Expedir todas as declarações e certidões pertinentes ao estágio, respeitadas as competências específicas das demais Secretarias existentes no âmbito do Curso de Direito, previstas na legislação vigente;

III – Manter arquivo de controle de todos os convênios que o IMESB possui para estágios na área do Direito, bem como cópias dos termos de compromisso de todos os alunos que estiverem realizando seus estágios com base nesses convênios;

IV – Divulgar as ofertas de estágio extracurricular;

V – Manter arquivo com cópias de todos os processos ajuizados através do Núcleo de Práticas Jurídicas, que devem ser atualizados pelos estagiários;

VI – Manter cadastro de clientes do Núcleo de Práticas Jurídicas, que deve ser atualizado com base nos dados fornecidos pelos estagiários a cada novo atendimento ou ato processual;

VII – Fazer a inscrição e encaminhamento das partes ao atendimento pelos estagiários, respeitando a proporcionalidade por equipe;

VIII – Manter agenda das audiências referentes aos processos ajuizados através do Núcleo de Práticas Jurídicas, que deve ser atualizada pelos estagiários;

IX – Acompanhar, juntamente com os estagiários, as publicações oficiais;

X – Desempenhar as demais atividades de sua competência e as que lhe forem solicitadas pelo Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas na forma deste Regulamento.

Parágrafo único. A Secretaria do Núcleo de Práticas Jurídicas está subordinada à Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas.

CAPÍTULO V DO ESCRITÓRIO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA

ARTIGO 12º - O serviço de assistência judiciária gratuita, prestado pelo Escritório de Assistência do Núcleo de Práticas Jurídicas funcionará de segunda à sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h às 17h, em local próprio nas dependências do IMESB, sob a responsabilidade do coordenador e professores orientadores devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, que orientarão as atividades de estágio desenvolvidas pelos acadêmicos do quarto e quinto ano do Curso de Direito.

CAPÍTULO VI DOS ESTAGIÁRIOS

ARTIGO 13º - Todos os estagiários deverão manter sigilo sobre o que lhes for confidenciado pelo assistido, bem como de todos os atos processuais que fizerem parte das atividades do estágio respeitado o Código de Ética Profissional.

ARTIGO 14º - SÃO DEVERES DOS ESTAGIÁRIOS DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS:

I - Assinar o termo de posse, no início do ano letivo;

II - Comparecer as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Práticas Jurídicas nos horários determinados;

III - Efetuar o atendimento aos assistidos e, se necessário, propor as medidas judiciais necessárias para defesa dos interesses em juízo;

IV - Tomar as medidas necessárias para o andamento do processo, inclusive cumprir os prazos processuais dos processos dos assistidos, sempre mediante a supervisão do professor orientador responsável;

V - Executar pessoalmente os trabalhos de foro judicial, não delegando nunca, aos assistidos, bem como a qualquer estranho, as referidas funções;

VI - Não aceitar patrocínio de ações estranhas ao Foro da Comarca de Bebedouro;

VII - Não permitir que advogados estranhos ao quadro do Núcleo de Práticas Jurídicas subscrevam qualquer peça processual ou participem de qualquer ato processual nas causas patrocinadas pelo referido Núcleo;

VIII - Zelar pelo patrimônio moral e material do Núcleo de Práticas Jurídicas;

IX - Acompanhar zelosamente as ações ajuizadas pelo Escritório de Assistência Judiciária, dando prévia ciência aos professores orientadores, através de fichário próprio do Núcleo de Práticas Jurídicas;

X - Atender preferencialmente os casos como *Habeas Corpus*, Mandado de Segurança, Medidas Cautelares e outras de caráter urgente;

XI - Exercer com lealdade, probidade e dedicação as funções de estagiário, não aceitando qualquer tipo de valor pelo serviço prestado;

XII - Efetuar as visitas que compõem o estágio de observação e elaborar os relatórios solicitados pelo professor orientador;

XIII - Participar das atividades simuladas, desenvolvidas pelo referido estágio.

ARTIGO 15º - As atribuições aos estagiários efetuar-se-ão da seguinte forma:

I - O sistema de distribuição das tarefas será feito através de rodízio, obedecida à ordem de registro de clientes a serem atendidos.

II - Após o atendimento, o estagiário cumprirá o horário para realização de peças processuais, acompanhamento de processos nos cartórios e outros;

III - O estagiário prestará orientação e esclarecimento aos assistidos e se for a hipótese de ajuizamento de ação, defesa ou recursos, solicitará ao assistido toda documentação necessária, bem como procuração e declaração do estado de pobreza;

IV - As indicações de estagiários de plantão far-se-ão através de escala mensal, elaborada pelo coordenador de Núcleo Práticas Jurídicas;

VI - O estagiário que faltar ao plantão, sem justificativa, ficará com falta, devendo compensar a respectiva ausência.

ARTIGO 16º - A dispensa das atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas, mediante pedido do acadêmico em virtude de já estar realizando estágio regular em escritórios de advocacia, departamentos jurídicos de empresas ou em órgãos públicos devidamente credenciados, dependerá de parecer do coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas.

CAPÍTULO VII DO ASSISTIDO

ARTIGO 17º - É direito do assistido receber toda a prestação de serviço do estagiário, exceto:

I - Quando se portar de maneira inconveniente;

II - Quando atingir a integridade física ou moral de qualquer estagiário do Núcleo de Práticas Jurídicas;

III - Se já estiver sendo representado por outro advogado;

IV - Quando se tratar de casos de competência de outra Comarca.

IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 18º - A interpretação do disposto neste Regulamento e a integração de eventuais lacunas competem ao Conselho de Curso.

ARTIGO 19º - Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

ARTIGO 1º – As orientações do Núcleo de Práticas Jurídicas serão feitas por um professor (a) do IMESB, que tenha inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e experiência profissional comprovada na advocacia.

Parágrafo Único: Por meio de Portaria da Direção do IMESB será fixado o número de 20 horas técnicas para o trabalho de orientação no Núcleo de Práticas Jurídicas.

ARTIGO 2º – O estágio no Núcleo de Práticas Jurídicas com o (a) professor (a) orientador (a) funcionará de acordo com critérios pré-estabelecidos pelos Coordenadores do Núcleo de Práticas Jurídicas e do Curso de Direito, durante o período letivo anual, não tendo expediente nos períodos de férias escolares.

§ 1º - Na quinta-feira e sexta-feira apenas funcionará a Secretaria do Núcleo de Práticas Jurídicas, integrada à Secretaria do Núcleo de Monografia Jurídica e do Núcleo de Atividades Complementares, para protocolo de documentos dos acadêmicos e outras atividades de natureza administrativa, inclusive para agendamento de atendimentos.

§ 2º - As duas horas restantes, relativas ao trabalho do professor (a) orientador (a) para cumprir as vinte horas semanais, previstas em portaria de contratação da Direção do IMESB, serão pagas para trabalho de acompanhamento de audiências ou cumprimento de convocações judiciais eventualmente agendadas para quinta-feira e sexta-feira, fora do expediente normal de orientações.

ARTIGO 3º – Os alunos que optarem por fazer as atividades de estágio no Núcleo de Práticas Jurídicas poderão escolher os dias do estágio, de segunda-feira a sexta-feira, devendo registrar a presença no livro de pontos.

§ 1º - O atendimento preliminar no Núcleo de Práticas Jurídicas deverá ser realizado pelo acadêmico ou por um grupo de até três acadêmicos, que anotarão o caso concreto exposto pelo cliente, para posteriormente discutir com o professor (a) orientador (a);

§ 2º - De segunda a sexta-feira os acadêmicos poderão fazer apenas atendimentos de casos, de forma preliminar, devendo ouvir o cliente e anotar o caso para discutir com o professor (a) orientador (a) nos dias que ele se fizer presente no Núcleo, para em seguida tomar as medidas jurídicas necessárias.

ARTIGO 4º – A cada semestre a Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas fará a contagem de horas dos acadêmicos participantes e a fixará nas salas de aulas para que tomem conhecimento da carga horária de estágio realizada.

ARTIGO 5º – Os alunos têm a opção pela Pasta de Estágio, junto a Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas, conforme estabelece o regulamento próprio, devendo entregar a Pasta de Estágio com as atividades realizadas até a última semana do mês de novembro do 10º período do Curso para a vistoria e contagem da carga horária realizada pelo acadêmico, a ser contabilizada nas 150 horas de estágio.

ARTIGO 6º – Os alunos, através de requerimento, deverão protocolar perante a Secretaria do Núcleo solicitações de contagem dos estágios jurídicos extracurriculares ou de atividades profissionais vinculadas à área jurídica, conforme estabelece regulamento próprio, podendo ser contabilizadas até 90 horas nas 150 horas previstas para o estágio profissional.

ARTIGO 7º - Este regulamento entra em vigor imediatamente, após a data de publicação nos murais do IMESB.

ANEXO VII

REGULAMENTO DA PASTA DE ESTÁGIO

REGULAMENTO DA PASTA DE ESTÁGIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 1º - O presente Regulamento tem por finalidade instituir e disciplinar as atividades da Pasta de Estágio do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito do IMESB – VC, como componente do Estágio Supervisionado de Prática Profissional, nos termos do Projeto Pedagógico do Curso de Direito e da Resolução n. 5/2018 CNE/CES.

§ 1º - A Pasta de Estágio é uma opção disponibilizada aos acadêmicos que comprovarem impossibilidade de frequentarem o Estágio Profissional no Núcleo de Práticas Jurídicas, por motivos de trabalho ou por motivos de residência em outro Município.

§ 2º - As atividades da Pasta de Estágio serão desenvolvidas com o objetivo de enriquecer o conhecimento jurídico e a formação profissional dos acadêmicos acima mencionados, contabilizando as horas realizadas na carga horária do Estágio Profissional, conforme o presente regulamento estabelecer.

§ 3º - A realização da Pasta de Estágio não se confunde com as atividades dos Estágios Simulado e de Observação.

ARTIGO 2º - O cumprimento da Pasta de Estágio pelos acadêmicos que por ela optarem é condição necessária para a colação de grau e deverá ocorrer durante o período do Estágio Supervisionado Profissional, observando à carga horária exigida, de acordo com a estrutura curricular do Curso de Direito, nos termos abaixo:

I - A carga horária da Pasta de Estágio de 60(sessenta) horas realizada durante o 7º e 8º períodos do Curso de Direito;

II - A carga horária da Pasta de Estágio de 60 (sessenta) horas realizada durante o 9º e 10º períodos do Curso de Direito;

III – As 30 (trinta) horas remanescentes para completar a carga horária de 150 (cento e cinquenta) horas do Estágio Profissional serão obrigatoriamente cumpridas no Núcleo de Práticas Jurídicas, com a supervisão do professor orientador.

ARTIGO 3º - O acompanhamento e o registro das atividades da Pasta de Estágio serão efetuados pelo Núcleo de Práticas Jurídicas, sob a responsabilidade do respectivo coordenador.

Parágrafo Único: O coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas apresentará relatório anual à Coordenação do Curso de Direito das atividades de Pasta de Estágio, que será apreciado pelo Conselho de Curso.

ARTIGO 4º - As atividades da Pasta de Estágio serão divididas em 3 (três) grupos fundamentais, a que correspondem as seguintes modalidades e pontuações em horas, com base nas normas abaixo correlacionadas:

I - Grupo I - Atividades de Autos Findos: Consiste em relatar autos findos judiciais nas seguintes modalidades: Processo Civil e de Execução Civil; Processo de Execução Fiscal;

Processo Penal e de Execução Penal; Processo Trabalhista; e Processo Previdenciário. Neste grupo o acadêmico deve cumprir 20 horas em 2 (dois) anos, relatando o total de 10 (dez) autos findos a cada ano.

II - Grupo II - Atividades de Doutrina e Jurisprudência: Consiste em elaborar pesquisas jurídicas sobre temas previamente estabelecidos pelo Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas, juntamente com os docentes da área de prática forense, nas diversas áreas do direito. Neste grupo o acadêmico deve cumprir 40 (quarenta) horas em 2 (dois) anos, relatando o total de 20 (vinte) trabalhos jurídicos a cada ano.

III - Grupo III - Atividades de Peças Profissionais: Consiste em elaborar peças judiciais sobre temas previamente estabelecidos pelo Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas, juntamente com os docentes da área de prática forense, nas diversas áreas do direito. Neste grupo o acadêmico deve cumprir 60 (sessenta) horas em 2 (dois) anos, relatando o total de 30 (trinta) peças profissionais a cada ano.

ARTIGO 5º - O aluno deverá adquirir uma Pasta tipo AZ para cada ano letivo componente do Estágio Profissional, onde deverá colocar as atividades realizadas, para entregá-las na Secretaria do Núcleo, no período estabelecido em calendário específico.

Parágrafo único - As atividades inseridas na Pasta de Estágio só terão validade se forem **manuscritas**.

ARTIGO 6º - O deferimento da Pasta de Estágio será formalizado mediante despacho do coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas, cabendo à Secretaria Acadêmica o registro da respectiva carga horária, contabilizando-a no histórico escolar de cada aluno.

Parágrafo único: Do indeferimento de qualquer atividade juntada na Pasta caberá recurso ao Conselho do Curso de Direito, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar de sua ciência.

ARTIGO 7º - Os acadêmicos terão um prazo de 30 (trinta) dias a fluir do início do ano letivo para aderirem a Pasta de Estágio, mediante requerimento formal e expresso dirigido ao Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas, comprovando documentalmente a impossibilidade de cursar o Estágio Profissional por motivos de trabalho ou por motivos de residência. Após o protocolo, o pedido será avaliado e analisado pelo coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas, no prazo de 5 (cinco) dias, comunicando o acadêmico do deferimento e/ou indeferimento.

Parágrafo único: No caso de indeferimento do pedido, o acadêmico terá o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer ao Conselho de Curso.

ARTIGO 8º - O acadêmico que realizou estágio em escritório de advocacia credenciado ou mediante contrato do CIEE, firmado entre o Empregador e a Instituição de Ensino, como também o acadêmico que exerceu atividade profissional jurídica, poderá contabilizar as horas no Estágio Profissional do Núcleo de Práticas Jurídicas, no máximo de 90 (noventa) horas das 150 (cento e cinquenta) horas obrigatórias, mediante requerimento ao Coordenador de Prática Jurídica com os documentos que comprovavam a atividade, no prazo estabelecido em calendário específico. Após o protocolo, o pedido será avaliado pelo coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas, no prazo de 10 (dez) dias, comunicando o acadêmico.

§1º - Da decisão de indeferimento do pedido, caberá recurso, à Coordenação de Curso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§2º - Se mantida a decisão de indeferimento do recurso pela Coordenação de Curso, caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao Conselho de Curso.

ARTIGO 9º - Fazendo uso da contabilização das horas referidas no artigo 9º, o acadêmico deverá cumprir 30 (trinta) horas no Núcleo de Práticas Jurídicas com a supervisão do professor orientador e 30 (trinta) horas de Pasta de Estágio, com as atividades de elaboração de peças judiciais, estabelecidas pelo Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas.

ARTIGO 10º - A Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas baixará regulamento específico para a contagem das horas específicas no artigo anterior, aprovado pelo Conselho de Curso.

ARTIGO 11º - Este regulamento entre em vigor na data da aprovação pelo Conselho de Curso de Direito.

ANEXO VIII

FOTOS DA INSTITUIÇÃO

FOTOS DA INSTITUIÇÃO



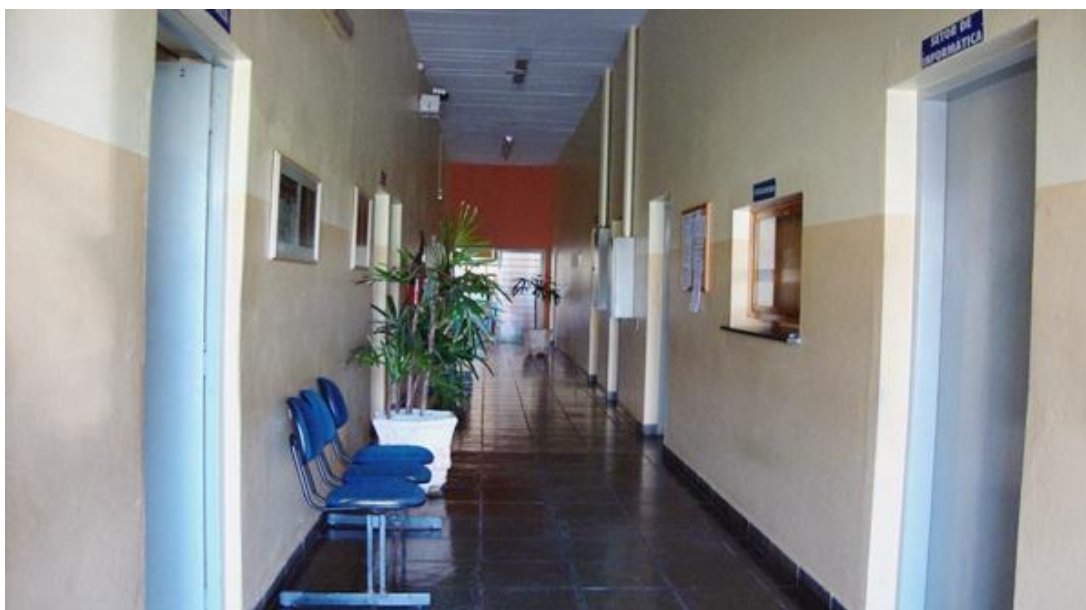
Entrada do IMESB



Entrada do IMESB



Entrada lateral do IMESB



Corredor administrativo



Área de Estudo Mezanino



Área de Estudo Mezanino



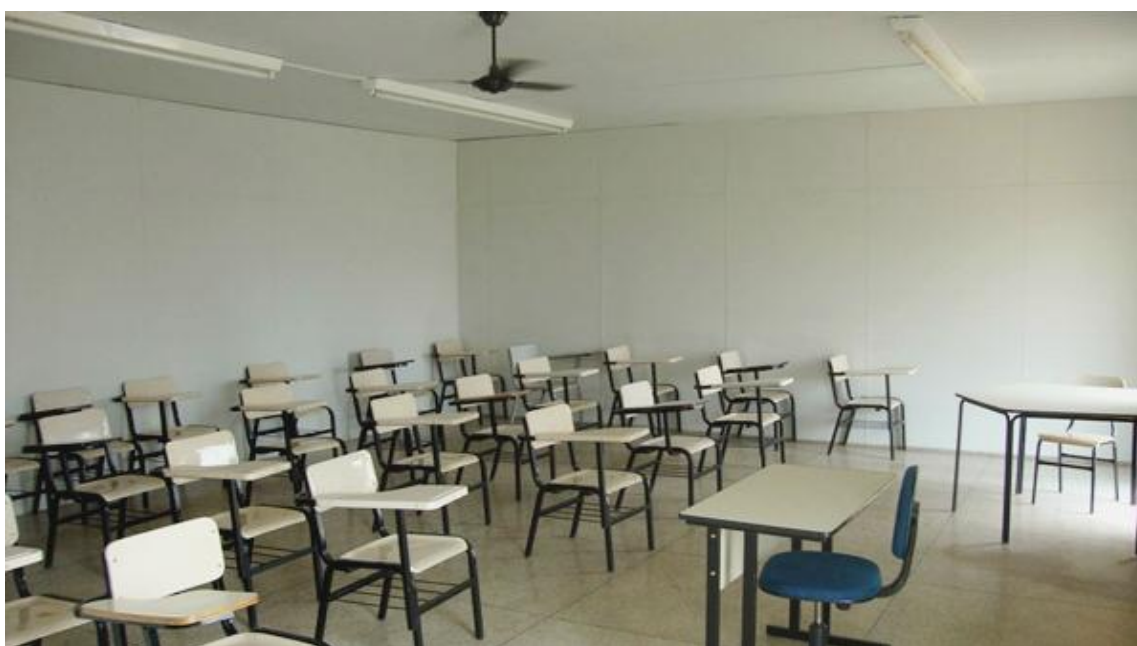
Sala de aula Mezanino



Sala de aula Mezanino



Sala de aula Mezanino



Sala de aula Mezanino



Interior de Biblioteca



Interior da Biblioteca



Sala dos Professores



Sala dos Professores



Laboratório de Informática



Laboratório de Informática



Laboratório de Informática





Laboratório de Informática



Laboratório de Informática



Laboratório Engenharia Agrônômica



Laboratório Engenharia Agrônômica



Laboratório Engenharia Agrônômica



Laboratório Engenharia Agrônômica



Laboratório Engenharia Agrônômica



Laboratório Engenharia Agrônômica



Laboratório Engenharia Agrônômica



Maquetaria – Curso de Arquitetura e Urbanismo



Maquetaria – Curso de Arquitetura e Urbanismo



Maquetaria – Curso de Arquitetura e Urbanismo





Maquetaria Curso de Arquitetura e Urbanismo



Maquetaria Curso de Arquitetura e Urbanismo



Maquetaria Curso de Arquitetura e Urbanismo



Núcleo de Estudo e Escritório Modelo de NAU



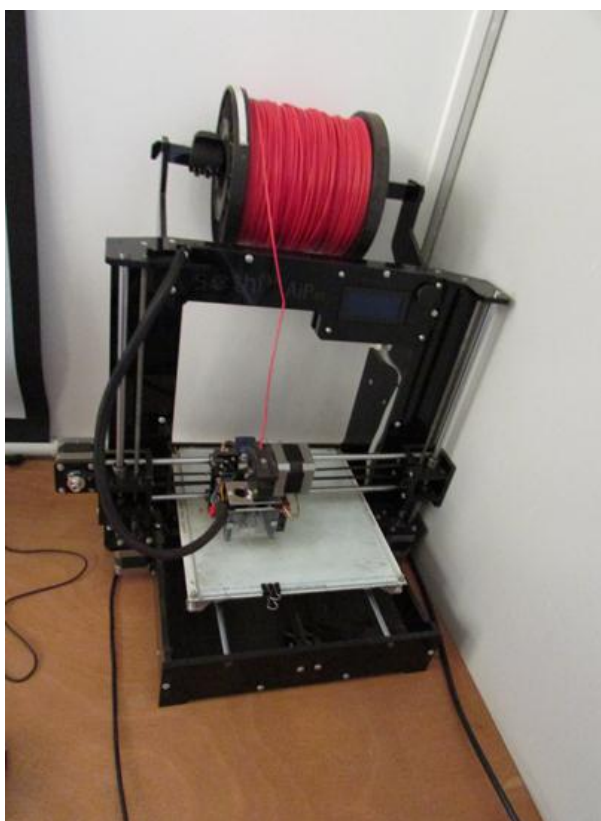
Núcleo de Estudo e Escritório Modelo de NAU



Núcleo de Estudo e Escritório Modelo de NAU



Núcleo de Estudo e Escritório Modelo de NAU





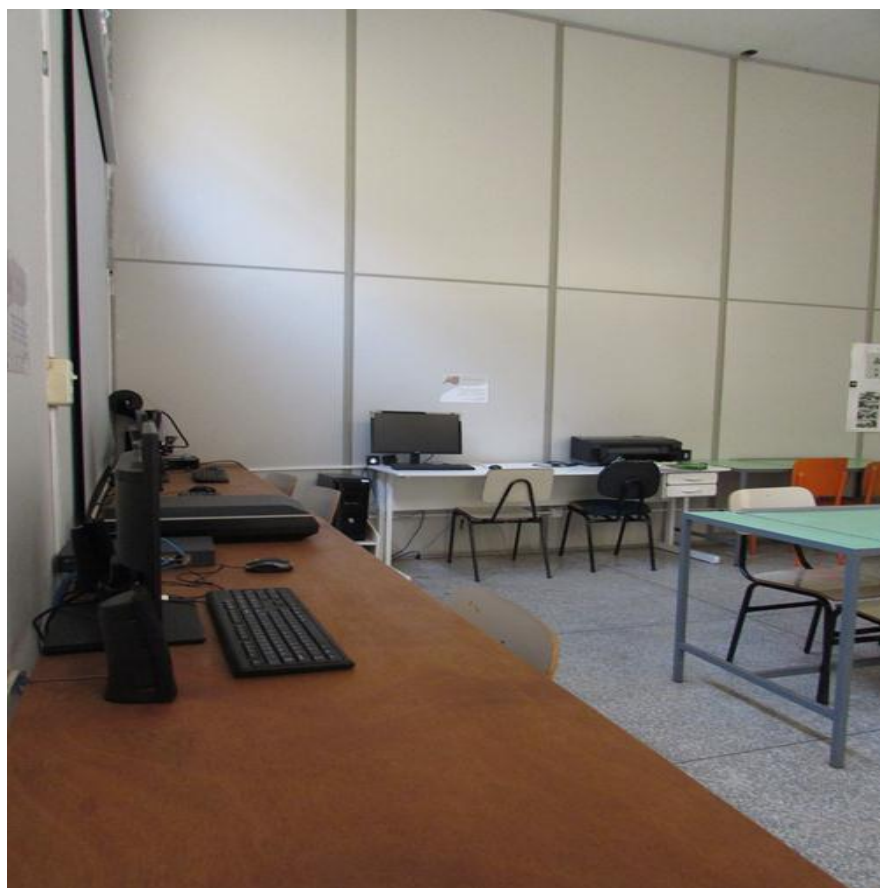
Núcleo de Estudo e Escritório Modelo de NAU



Núcleo de Estudo e Escritório Modelo de AU



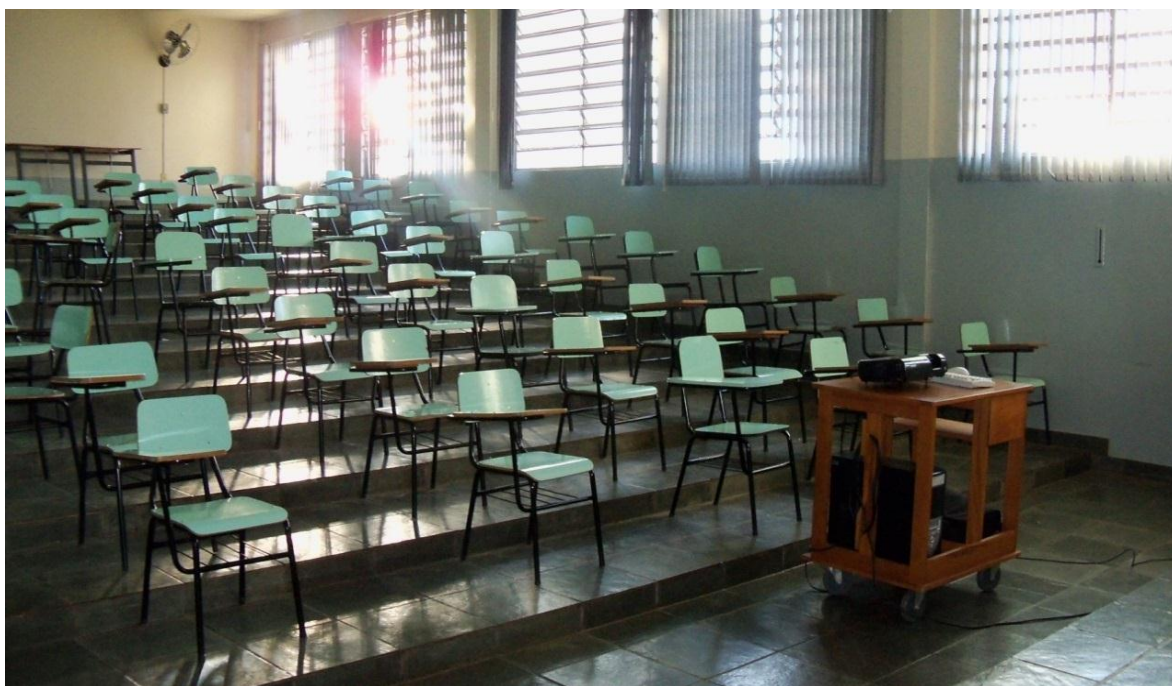
Núcleo de Estudo e Escritório Modelo de AU



Núcleo de Estudo e Escritório Modelo de AU



Acesso Bloco de Estudos



Sala de Aula



Sala de Aula



Sala de Aula



Acesso



Bloco de Estudos



Sala de Aula



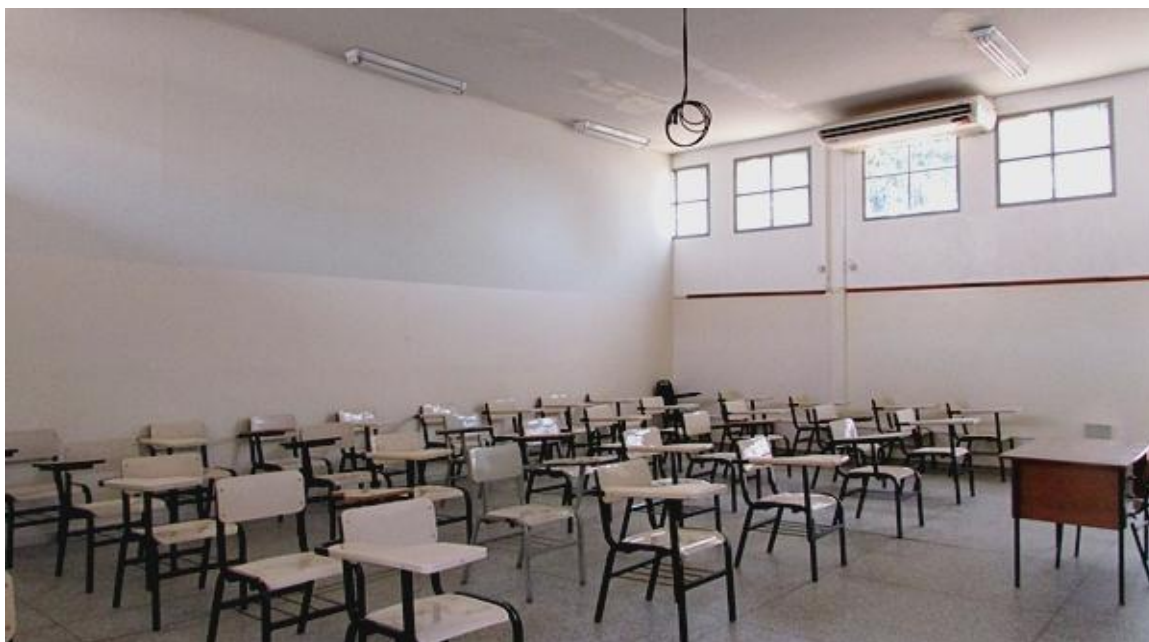
Sala de Aula



Sala de Aula - Bloco Novo



Sala de Aula – Bloco Novo



Sala de Aula – Bloco Novo



Sala de Aula - Bloco Novo



Xerox



Anfiteatro



Anfiteatro



Anfiteatro



Fachada Interna do IMESB- Bloco Novo



Área interna do IMESB- Bloco Novo



Acesso área interna do IMESB- Bloco Novo



Acesso área interna do IMESB- Bloco Novo



Acesso à Área Experimental e Laboratório de Construção Civil



Laboratório de Construção Civil – Curso de Arquitetura e Urbanismo



Laboratório de Construção Civil – Curso de Arquitetura e Urbanismo



Laboratório de Construção Civil – Curso de Arquitetura e Urbanismo



Área Experimental – Curso de Engenharia Agrônômica



Área Experimental – Curso de Engenharia Agrônômica



Área Experimental – Curso de Engenharia Agrônômica



Área Experimental – Curso de Engenharia Agrônômica



Área Experimental – Curso de Engenharia Agrônômica